

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFH
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Victoria Valduga Boeira da Silva

Caminhos Sob as Araucárias
Florestas Culturais e os Kaingang

Florianópolis
2023

2023

VICTORIA VALDUGA BOEIRA DA SILVA

Caminhos Sob as Araucárias
Florestas Culturais e os Kaingang

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Edviges Marta Ioris

Florianópolis

2023

Boeira da Silva, Victoria Valduga
Caminhos Sob as Araucárias : Florestas Culturais e os
Kaingang / Victoria Valduga Boeira da Silva ; orientadora,
Edviges Marta Ioris, 2023.
84 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências
Sociais, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Florestas Culturais. 3.
Kaingang. 4. Florestas de Araucária. 5.
Agrobiodiversidade. I. Ioris, Edviges Marta. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Ciências Sociais. III. Título.

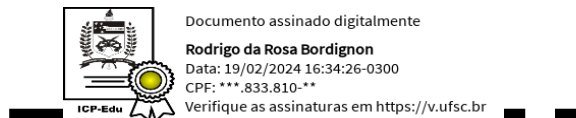
Victoria Valduga Boeira da Silva

Caminhos Sob as Araucárias

Florestas Culturais e os Kaingang

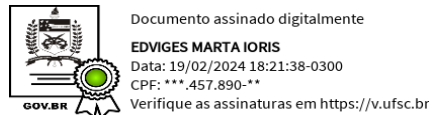
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Ciências Sociais.

Florianópolis, 20 de dezembro de 2023.

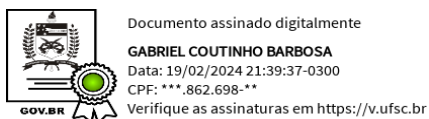


Prof. Dr. Rodrigo da Rosa Bordignon
Coordenador(a) do Curso e Ciências Sociais

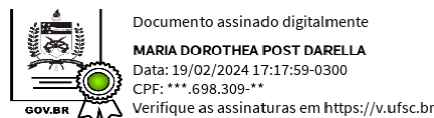
Banca Examinadora



Prof^ª. Dra. Edviges Marta Ioris
Orientadora
Presidente da Banca
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. Gabriel Coutinho Barbosa
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof^ª. Dra. Maria Dorothea Post Darella
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis
2023

*À Dona Célia Deotília,
a sua história que não pôde ser contada.*

*À dona Gemma e ao seo Bauduino,
ao amor e a saudades.*

AGRADECIMENTOS

A Esù, pelos caminhos que me trouxeram até aqui.

A professora Dra. Edviges Marta Ioris, minha orientadora e inspiração nessa jornada, pelos aprendizados e pela paciência. Bem como os outros professores que através de seu trabalho formam e inspiram futuros professores e pesquisadores.

Aos alunos da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, pelas trocas e pelos aprendizados. Estagiar junto a vocês me deu gás para que este estudo acontecesse.

Ao programa do PIAPE (Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes), por oferecer apoio pedagógico aos alunos. Sem esse programa o processo de escrita desta monografia seria muito mais turbulento. Em especial, à pedagoga que me acompanhou durante grande parte da construção do TCC, Kainara, pelos puxões de orelha, indicações e dicas, mas acima de tudo pelo acolhimento.

Aos servidores da UFSC, por seu papel tão essencial para manter a Universidade em pé. Em especial, aos trabalhadores do Restaurante Universitário, que possuem um papel essencial na permanência estudantil.

A toda a ancestralidade que me acompanha e me guia.

À minha mãe, Lélia, por ser minha base e meu apoio, mesmo quando foi necessário mudar para outro estado para realizar um sonho. Pelo seu amor, seu colo, sua paciência, seu carinho e sua sabedoria, por compartilhar ela comigo. Por batalhar tanto por nós. Por insistir que eu finalizasse esse curso — e o fiz com muito amor.

Aos meus avós, dona Gemma e seo Bauduino, por sempre me ensinarem o quão bom e precioso é aquilo que a terra nos dá.

À minha mãe de santo Ana Claudia, que foi minha segunda mãe quando precisei, por ser uma inspiração dentro e fora da religião. Pelas suas palavras quando pensei que estava sozinha em Florianópolis e você me mostrou que eu estava errada.

Ao meu pai de santo/pai pequeno e amigo Nicolas, pelos conselhos acadêmicos e por compartilhar seus saberes da caminhada espiritual e na vida, e se tornar uma inspiração nesse percurso.

Ao meu amigo Adrian Lucas, pelas palavras, colos, risadas e acima de tudo por ser meu ouvinte durante grande parte desse trajeto. Por me acolher na sua casa, na sua família e no seu axé. A seo Sete Caminhos e seo Sete Chaves, por te acompanharem, e por consequência me acompanharem também.

À minha melhor amiga, minha companheira Laura, pelos momentos em que sempre me surpreendeu com as palavras certas, mesmo que às vezes dolorosas de serem ouvidas. Pelas horas de conversas, os colos nos momentos de desabafo, pelo apoio, por todo o carinho e paciência, em todas as versões de nós. Acima de tudo, por ser minha revisora, e por ler tantas versões desta monografia.

Aos meus amigos, colegas e companheiros que dividiram momentos comigo nessa caminhada.

Aos meus gatos Frodoaldo Valério e Elis Regina, pela companhia, no colo, na mesa e às vezes em cima do teclado, em todos os momentos.

A meu pai Osoguian e minha mãe Onirá, por me ensinarem sobre a batalha.

Ao terreiro Caboclo Sete Luas, a toda a minha família de santo por se tornarem minha família de coração, por me ouvirem, me ajudarem e me acolherem em todos os momentos. Pelo Asé.

A Aruaxula, seo Zé Bonito, a vó Preta, seo Sete Espadas, seo Obrigado e seo Boa noite; à malandragem – que nunca me abandone – pelas oportunidades, pelo carinho, pelas trocas e aprendizados, é um prazer poder fazer parte do bando de vocês.

A minha mestra Jurema, e ao meu velho amigo seo Gira Tempo, por serem meus companheiros nessa caminhada.

Nós extraímos os frutos nas árvores...

Eles expropriam as árvores dos frutos!

Nós extraímos os animais na mata...

Eles expropriam a mata dos animais!

Nós extraímos os peixes nos rios...

Eles expropriam os rios dos peixes!

Nós extraímos a brisa no vento...

Eles expropriam o vento da brisa!

Nós extraímos o calor no fogo...

Eles expropriam o fogo do calor!

Nós extraímos a vida na terra...

Eles expropriam a terra da vida!

(Antonio Bispo dos Santos, 2015, p. 17)

RESUMO

Esta monografia propõe uma investigação sobre a relação entre povos indígenas e florestas, destacando o papel ativo dessas comunidades no manejo e no uso sustentável destas formações florestais. Para isso, a abordagem central dessa pesquisa é fundamentada na revisão bibliográfica acerca da noção de Florestas Culturais, proposta por William Balée (1987), junto a demais autores que se dedicaram ao estudo da área, e que desafiam a concepção de que as populações indígenas se adaptaram passivamente às exigências do ambiente. Em busca de compreender essa forma de interação, este trabalho tem como foco as florestas de araucárias na região Sul do Brasil e sua relação com o povo indígena Kaingang, sublinhando a importância vital desse ambiente para a subsistência e a preservação da cosmologia indígena. A metodologia empregada envolve uma revisão bibliográfica abrangente nas áreas de arqueologia, etno-história e antropologia, complementada por fontes documentais. Destaca-se o papel primordial da araucária na narrativa histórica e cotidiana dos Kaingang, evidenciando-a como uma entidade ancestral que provê alimentos, medicamentos, habitações e rituais, como o dos mortos – kiki ou kikikoi. Enfatiza-se, assim, o significado simbólico e espiritual atribuído a essa formação florestal. A pesquisa busca desmistificar a noção de que a relação entre floresta e ser humano é intrinsecamente destrutiva, argumentando que o manejo indígena de florestas emerge como um catalisador para a transformação positiva de paisagens, resultante da coexistência harmônica entre sociedade e ambiente.

Palavras-chave: Kaingang; Florestas culturais; Florestas de araucárias; Cosmologia; Biodiversidade.

ABSTRACT

This monograph proposes an investigation into the relationship between indigenous peoples and forests, highlighting the active role of these communities in the management and sustainable use of these forest formations. To this end, the central approach of this research is based on a bibliographical review of the notion of Cultural Forests, proposed by William Balée (1987), together with other authors who have dedicated themselves to the study of this area, and challenge the conception that indigenous populations have passively adapted to the demands of the environment. In order to understand this form of interaction, this monograph focuses on the araucaria forests in southern Brazil and their relationship with the Kaingang indigenous people, highlighting the vital importance of this environment for subsistence and preservation of indigenous cosmology. The methodology employed involves a comprehensive bibliographical review in the fields of archaeology, ethnohistory and anthropology, complemented by documentary sources. The primary role of the araucaria tree in the Kaingang's historical and daily narrative is evinced, showing it as an ancestral entity that provides food, medicine and home. The symbolic and spiritual meaning attributed to this forest formation is thus emphasized. The research seeks to demystify the notion that the relationship between the forest and human beings is intrinsically destructive, arguing that indigenous forest management emerges as a catalyst for the positive transformation of landscapes, resulting from the harmonious coexistence between society and environment.

Keywords: Kaingang; Cultural forests; Araucaria forests; Cosmology; Biodiversity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de distribuição geográfica e número de espécies dos gêneros modernos de <i>Araucariaceae</i>	18
Figura 2: Mapa de regiões de distribuição original de <i>Araucária angustifolia</i>	20
Figura 3: Nó de pinho....	21
Figura 4: Mapa da distribuição original da floresta de araucária; dos remanescentes do ecossistema; e áreas protegidas.....	23
Figura 5: Mapa da distribuição das Terras Indígenas Kaingang.....	32
Figura 6: Grafismos Kaingang.....	33
Figura 7: Divisão da natureza de acordo com a cosmopolítica Kaingang.....	42
Figura 8: <i>Kōkei</i> , coxo feito a partir do tronco da araucária, onde é fermentado o <i>Kiki</i>	49
Figura 9: Momento de reafirmação das alianças cosmo-políticas no ritual do <i>Kikikoi</i>	50
Figura 10: Formação de policiais indígenas. PI Guarita (RS), SPI, 1944.	53
Figura 11: Crianças Kaingang trabalhando. PI Ligeiro, 1944....	54

LISTA DE SIGLAS

Apremavi	Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida
Araucária+	Araucária mais
ASAIKG	Associação Socioambiental Indígena Kaingang e Guarani
AP	Antes do presente
FATMA	Fundação do Meio Ambiente
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISA	Instituto Socioambiental
Parna	Parque Nacional
Pronapa	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas
REBIO	Reserva Biológica
SEMA	Secretaria Executiva do Meio Ambiente
Sesai	Secretaria de Saúde Indígena
Siasi	Sistema de Informações da Atenção à Saúde Indígena
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TI	Terra Indígena
TIM	Terra Indígena Migueirinha
TPI	Terras pretas de índio
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	1
1.1. APRESENTAÇÃO DO TEMA: FLORESTAS DE ARAUCÁRIAS DE ORIGEM BIOCULTURAL	1
1.2. RAZÕES PARA ESSE ESTUDO	6
1.3. REFERENCIAL TEÓRICO	9
1.4. LEVANTAMENTO DAS INFORMAÇÕES	13
II. OS KAINGANG E AS MATAS DE ARAUCÁRIAS	15
2.1. INTRODUÇÃO	16
2.2. AS ARAUCÁRIAS, SUAS MATAS E DEFINIÇÕES A PARTIR DAS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	16
2.3. FONTES DE RECURSOS OFERTADOS PELAS ARAUCÁRIAS	20
2.4. DESAPARECIMENTOS DAS MATAS DE ARAUCÁRIAS	22
2.5. A PROTEÇÃO OFICIAL E DA SOCIEDADE CIVIL DAS MATAS DE ARAUCÁRIAS	26
2.6. AS FLORESTAS DE ARAUCÁRIAS E A PRODUÇÃO DE SUAS PESQUISAS	28
2.7. AS MATAS DE ARAUCÁRIAS E OS POVOS JÊ MERIDIONAIS	30
2.8. PAISAGENS, SOLOS E FLORESTAS CULTURAIS	36
2.9. AS MATAS DE ARAUCÁRIA COMO FLORESTAS CULTURAIS KAINGANG.	39
2.10. AS ARAUCÁRIAS E A COSMO-POLÍTICA KAINGANG	41
2.11. KIKI KOI – O SER ARAUCÁRIA NA RELAÇÃO COM A COSMOLOGIA KAINGANG	46
2.12. O SPI, A PROIBIÇÃO DO KIKIKOI E O DESAPARECIMENTO DAS ARAUCÁRIAS	51
III. CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58

I. INTRODUÇÃO

Para usarmos termos yanomami, *hutukara* e *urini a*: o mundo como floresta fecunda, transbordante de vida, a terra como um ser que “tem coração e respira”. (Kopenawa, 2015, p. 13).

1.1. APRESENTAÇÃO DO TEMA: FLORESTAS DE ARAUCÁRIAS DE ORIGEM BIOCULTURAL

Com base em levantamentos bibliográficos, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo principal abordar práticas indígenas de conceber e se relacionar com as florestas para obtenção do seu sustento e manutenção dos seus modos de vida, atentando-se às relações que o povo Kaingang mantém com as florestas de araucárias presentes no Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). Especificamente, pretende-se pensar como estes modos indígenas de conceber e se relacionar com as florestas promovem usos múltiplos e sustentáveis de seus recursos, assim como aumento na diversificação das espécies que a compõem, resultando em uma grande contribuição não só para a sua conservação como para o aumento da biodiversidade de espécies florestais que compõem o seu ecossistema, bem como o aumento da expansão territorial destes ecossistemas.

Encontra-se, tanto no campo das ciências humanas quanto das ciências biológicas, várias pesquisas que dissertam sobre as concepções e práticas de uso e cultivo dos povos indígenas em relação às florestas em que habitam. Esses estudos apresentam como esses modos de se relacionar com os seus ambientes promovem, de modo substancial, o que tem sido definido pelo campo ambientalista como conservação da diversidade biológica das espécies naturais (Diegues, 2001). De modo geral, essas investigações começaram a ser desenvolvidas a partir de meados da década de 1970, e podem ser encontradas em vários campos de conhecimento, traçando estreitos diálogos entre eles, como Antropologia, Arqueologia, Ecologia Humana, Etnobiologia ou Geografia. Ainda que sejam áreas distintas do conhecimento, esses estudos atuais têm contestado a antiga compreensão, ainda presente especialmente nas ciências biológicas, de conceber as florestas como parte de uma natureza prístina, que teria se desenvolvido de modo autônomo previamente a qualquer existência ou

ação humana (Balée, 2008; Posey, 2002; Heckenberger, Russel, Toney e Schmidt, 2007; Lévi-Strauss, 1952; Clement, 1999; Diegues, 2004).

Estudos como os de William Balée (1986, 1993; Posey & Balée, 1989), embasados em extensos levantamentos junto a indígenas na Amazônia, apresentam como os indígenas historicamente praticam o manejo das florestas onde habitam, descrevendo o entendimento e as técnicas empreendidas, que resultam em aumentos significativos das espécies florestais, em contraste às áreas onde não executam este manejo. Neste sentido, as florestas não poderiam ser concebidas como uma natureza prístina, que apenas teria abrigado os seres humanos a posteriori, mas que as florestas, tal como se encontram, são resultado da interação com os seres humanos.

Na mesma direção, arqueólogos — como Heckenberger, Russel, Toney e Schmidt (2007) — têm pesquisado a domesticação de paisagens entre os indígenas da região do Rio Xingu. O autor também destaca como os relatos dos primeiros colonizadores dos séculos XVI e XVII descrevem as regiões do alto do Rio Xingu como altamente populosas e densamente povoadas. As suas pesquisas realizadas na Amazônia encontram evidências da longa presença e interação humana nessas paisagens, como, por exemplo, em sistemas de terraplanagem, sofisticados trabalhos agrícolas, montículos artificiais e florestas antrópicas¹, como os castanhais, babaçuais e pequisais (Heckenberger *et al.*, 2007). Portanto, ao invés de uma floresta intocada, essas paisagens demonstram serem construídas ou domesticadas por povos originários. Os sistemas agrícolas desses povos são compostos por jardins altamente diversificados, com variação de gêneros e espécies cultivados, sendo possível encontrar um grande número de variedades de uma mesma espécie, resultantes desse manejo. Cunha (2017) aponta, por exemplo, a diversidade da batata doce (*Ipomoea batatas*) encontrada em roças Kayapó-Mebêngokre, onde foram identificadas 56 variedades do legume.

Estudos realizados no sul do Brasil demonstram como as florestas de araucárias também podem ser incluídas na lista de florestas que resultaram da ação humana, e que não são apenas um produto de uma natureza prístina, anterior à presença humana. Segundo Copé (2015, p. 157), o aumento generalizado da umidade na região, com estações secas mais curtas desde a era pré-Glacial, é o fator resultante da expansão da floresta de araucárias nesse período. Essa expansão teve início no planalto paranaense em 1500 AP, estendendo-se às terras altas de Santa Catarina por volta de 1000 AP, e atingiu o atual Planalto das Araucárias

¹ Florestas Antrópicas, ou culturais, são ambientes resultantes de modificações através de intervenções humanas.

gaúcho cerca de 850 AP. Porém, no que se refere ao Rio Grande do Sul, sua extensão tardia é associada à expansão de queimadas e ao manejo pelos grupos humanos que ali viviam, visto que a ocupação da mata de araucárias ocorreu inicialmente em áreas mais baixas da floresta e, à medida que esta era domesticada e expandida, o espaço passou a ser ocupado.

A expansão da ocupação dos povos ceramistas está associada à expansão das araucárias, atingindo sua extensão máxima há 500 anos, próximo a chegada dos colonizadores à América, atingindo um território que se estendia de São Paulo às Missões Argentinas (Branco, 2021, p. 48). Como destaca Branco (2021, p. 49), tal expansão está associada ao desenvolvimento de práticas de manejo pelo povo Jê, como o plantio de pinhões pelo caminho em rotas de comunicação e, ainda, técnicas de preservação do pinhão a partir da submersão da semente nos rios, o que os mantinha preservado por meses. O autor frisa a importância da araucária para além do uso dos seus subprodutos, como o pinhão para consumo ou a madeira para a produção de moradia. Além disso, as araucárias são de suma importância para a cosmologia indígena Kaingang, a qual a concebe como uma pessoa Kaingang, um ser com espírito, o *tom*, o qual possui papel primordial nos rituais como por exemplo o *Kiki* ou *Kikikoi*, ritual fúnebre Kaingang. Entende-se, assim, a floresta de araucária como uma floresta cultural, a qual não pressupõe a dicotomia entre natureza e sociedade, pois a relação da araucária está presente com outros entes, com outras plantas, animais, espíritos, mortos e, eventualmente, com humanos (Branco, 2021, p. 72).

Outro exemplo de modificações na paisagem decorrentes das ações humanas, é a larga presença das Terras Pretas de Índio (TPIs), encontradas na Amazônia, as quais são caracterizadas como espaços limitados de solos altamente férteis que são resultado da longa interferência humana (Sombroek *et al.*, 2009; Cunha, 2010; Glaser, 2000; Neves, 2004; Kern, 2009). A mudança na composição do solo, que resulta nas TPIs, é atribuída à intensa e longa ocupação de povos pré-colombianos. As hipóteses mais recentes indicam que a formação das “terras pretas” resultou do acúmulo gradual de matéria orgânica, como restos de cerâmica, carvão residual de fogueiras domésticas, resíduos de peixe, entre outros compostos orgânicos, por comunidades em áreas de assentamento pré-colombiano (Sombroek, 1966; Smith, 1980; Heckenberger *et al.*, 1999). A presença destes compostos orgânicos calhou na transformação de características básicas do solo, como a textura, a cor, e a acidez — característica comum do solo na região amazônica que, de modo geral, é desfavorável para os cultivos de longa duração.

Santos (2020), por sua vez, também destaca o papel fundamental das práticas de cultivos na formação da agrobiodiversidade², apresentando produtos resultantes de técnicas indígenas de manejo da floresta, como a castanheira (*Bertholletia excelsa*), a pupunha (*Bactris gasipaes*), o cacau (*Theobroma cacao*), o babaçu (*Attalea speciosa*), a mandioca (*Manihot esculenta*) e a araucária (*Araucaria angustifolia*). Nos casos da castanha-do-pará e da araucária, essas espécies teriam sido distribuídas em uma grande área pelos povos indígenas muito antes da ocupação europeia no continente, através do manejo de suas sementes e distribuição delas por populações nômades. Em ambos os casos, a presença dessas espécies na língua das populações indígenas locais demonstra a importância histórica que possuem para a região, que para além da extensa distribuição da mesma variedade dessas espécies em forma de aglomerados evidencia a origem antrópica relacionada aos modos de vida pré-colombianos (Silveira, 2012).

De acordo com Balée (2013, p. 3), em seu livro *Florestas Culturais da Amazônia: Uma Ecologia Histórica de Pessoas e suas Paisagens*, “pelo menos 12% das florestas de terra firme no território amazônico brasileiro possuem uma origem biocultural, cuja composição não existiria sem interferência humana”. Todavia, como ressalta, a maior parte das teorias referentes à ecologia cultural evita afirmar que as tecnologias de manejo desenvolvidas por populações indígenas possam ter modificado permanentemente a selva amazônica. Uma das razões para essa postura está na possibilidade de que esta transformação poderia debilitar o conceito fundamental da teoria do determinismo ambiental, o qual pressupõe que o ambiente físico predispõe as sociedades e estados para um desenvolvimento específico.

Esta compreensão das práticas de manejo florestal dos indígenas também se contrapõe aos conservacionistas ambientais, que defendem que a conservação ambiental depende da ausência de seres humanos, cujas ações são compreendidas como causadoras, necessariamente, de impacto danoso ao ambiente e seus ecossistemas (Diegues 2001; Ioris 2021; Krenak, 2019; Cunha 2017, 2021). Essa compreensão conservacionista da natureza estabelece uma diferenciação entre natureza e cultura. Neste sentido, defende a criação de espaços de conservação que impeçam a presença humana no seu interior, como são os Parques Nacionais (Parnas) e as Reservas Biológicas (REBIO). A criação desses espaços de

² A agrobiodiversidade é definida na CDB como um termo amplo que inclui todos os componentes da biodiversidade que têm relevância para a agricultura e alimentação, bem como todos os componentes da biodiversidade que constituem os agroecossistemas: as variedades e a variabilidade de animais, plantas e de microrganismos. De modo mais sucinto, a agrobiodiversidade pode ser compreendida como a parcela da biodiversidade utilizada pelo homem na agricultura ou em práticas relacionadas, de forma domesticada ou não (BRASIL, 2022).

conservação ambiental sobre territórios tradicionalmente ocupados tem promovido uma série de conflitos em todas as regiões do Brasil, pois sua implementação demanda a retirada dos habitantes que eventualmente se encontram no interior de seus limites (Ioris, 2021). Todavia, como foi destacado, estudos em ecologia histórica, da Arqueologia ou da Etnobiologia, vêm refutando essa visão, demonstrando como o manejo de florestas e cultivos múltiplos de espécies por povos indígenas ajudam não só a preservação desses espaços “naturais”, mas também para o aumento da biodiversidade.

Posto isto, por meio deste TCC, com base em levantamento bibliográfico sobre os trabalhos realizados sobre florestas manejadas por povos originários, proponho-me a apresentar um mapeamento dos estudos sobre os modos como os indígenas Kaingang se relacionam com as matas de araucárias. É necessário salientar, em primeiro lugar, que, embora pertencentes à mesma etnia, os Kaingang vivenciam uma pluralidade de modos de vida. Nesta monografia, abordarei especificamente algumas dessas realidades, as quais refletem as relações observadas nos locais abrangidos pelas pesquisas utilizadas como referência bibliográfica. É relevante destacar que essas experiências não pretendem abarcar a diversidade completa das realidades Kaingang espalhadas pelo Brasil. De modo específico, pretendo apresentar estas relações dos Kaingang com as araucárias, tanto como fonte de seus cultivos e de seus sustentos, quanto para sua organização sociocultural e cosmológica, para destacar como os Kaingang promoveram a extensão territorial da floresta de araucárias, usufruindo dos seus subprodutos. Assim, buscarei demonstrar a importância dos povos indígenas não só para a proteção das florestas, mas também para a reprodução da diversidade de suas espécies. Suponho que os indígenas promovem essa proteção e diversidade das espécies florestais pelas suas compreensões de que as florestas não são um mundo à parte, separado e distante de suas vidas cotidianas, mas estão em relação direta com seus modos de vida e organização sociocultural, suas cosmologias, assim como de sua alimentação e suas estratégias de sustento. Como nos explica Krenak em entrevista para o lançamento de seu livro “Encontros - Ailton Krenak”,

A grande diferença que existe do pensamento dos índios e do pensamento dos brancos, é que os brancos acham que o ambiente é ‘recurso natural’, como se fosse um almoxarifado onde você vai e tira as coisas, tira as coisas, tira as coisas.

Pro pensamento do índio, se é que existe algum lugar onde você pode transitar por ele, é um lugar que você tem que pisar nele suavemente, andar com cuidado nele, porque ele está cheio de outras presenças.

Então não existe o ‘meio-ambiente’, um lugar aonde que é o ‘meio-ambiente’. ‘Meio-ambiente’ é o almoxarifado, é um depósito onde você tira. Você tira minério,

you pull forest, you pull water. You pump everything, exhaust. This is the 'environment'. (Krenak, 2015.)

1.2. RAZÕES PARA ESSE ESTUDO

O presente trabalho surge, inicialmente, pelo interesse despertado na disciplina de Antropologia da Saúde, ministrada no primeiro semestre de 2020 pelo professor Dr. Ari Ghiggi Jr, que focava, especialmente, na construção das dimensões de saúde e de doença, simbólica e socialmente. Um dos temas verteu sobre saúde indígena e o papel da alimentação. Destaco especialmente a etnografia de Nádia Heusi Silveira (2016), "Culinária Mbya, um modo da persistência guarani", na qual a autora discorre sobre sua pesquisa de campo em Tekoa Marangatu, Terra Indígena criada no final de 1999, a partir de recursos previstos no licenciamento do gasoduto Bolívia-Brasil (p. 121). A aldeia em questão é circundada por pequenas propriedades rurais, capoeiras e pastagens com poucos recursos que possam ser aproveitados pelos Mbya, nem animais para a caça. Além destes fatores, ainda é citado no texto que a terra, decorrente do contínuo uso de defensivos agrícolas, se tornou infértil para alimentos culturais, como o caso do milho guarani.

Assim sendo, a dieta que, para os guaranis Mbya, é o meio de manter o corpo apropriado para comunicar-se com as divindades, sofre uma significativa alteração. Silveira (2016) destaca que, embora seja afirmado que é necessário consumir alimentos Mbya para alcançar uma boa qualidade de vida e manter contato com as divindades (p. 125), a presença generalizada de farinha de trigo na dieta é notável, sendo este o alimento mais prevalente na comunidade. Além disso, observa-se uma tendência maior de adquirir alimentos nos comércios próximos à Terra Indígena (TI) em comparação com a preparação caseira, indicando uma preferência pela compra em estabelecimentos comerciais locais. Entretanto, mesmo que o consumo de comidas feitas com o milho tenha diminuído, e o trigo tenha se tornado ingrediente básico da alimentação diária dos habitantes da Tekoa Marangatu, as mulheres, principalmente, têm se empenhado em fazer uma proximidade com as divindades, buscando adequar e utilizar a capacidade transformativa para propiciar o bem-viver (p. 130). A partir disso, a autora observa uma estrutura culinária constante, com pequenas variações, como a quantidade de água ou o tempo de cozimento, através da qual asseguravam uma base cultural importante para obter uma comida forte aos olhos Mbya Guarani.

Essas compreensões sobre o importante papel que os alimentos possuem para comunidades tradicionais, tanto no papel de comensalidade quanto dispositivo identificatório, para a formação dos corpos saudáveis, ou ainda no seu caráter religioso, definido por Rabelo (2013) como na mediação entre o ser humano e a divindade, instigou minha curiosidade sobre essa relação íntima entre cultura e alimento. Essa curiosidade fez com que eu me aproximasse mais da Antropologia, colocando-me em marcha para me aprofundar no tema da alimentação e saúde indígena.

No segundo semestre de 2021 conheci o trabalho da Professora Dra. Edviges Marta Ioris, quando estava matriculada na disciplina de Cultura e Meio Ambiente que ela ministrava, ainda de modo remoto, por conta da pandemia causada pela Covid-19. As discussões da disciplina giravam em torno da exploração de recursos, degradação ambiental, em contraponto às técnicas de manejo ambiental por parte de povos e comunidades tradicionais, o desenvolvimento de uma ecologia política e a proteção ambiental. Através da leitura de autores como Antônio Carlos Diegues (2001), Kopenawa e Albert (2015), Manuela Carneiro da Cunha (1999), entre outros, que usarei na construção deste trabalho, passei a me interessar pelo papel dos roçados e populações indígenas no aumento da diversidade de espécies e no uso não predatório do ambiente. Aproximei-me mais da professora Dra. Edviges, conhecendo melhor seu trabalho e o Núcleo de pesquisa que ela coordena atualmente, o Arandu Laboratório de Estudos em Etnologia, Educação e Sociobiodiversidade, e, assim, comecei a redefinir meu tema de pesquisa.

Com o retorno gradual do ensino presencial, comecei a participar dos encontros do Núcleo de Pesquisa Arandu, através do qual tive contato com leituras e discussões sobre povos indígenas. Com a orientação da professora Edviges tive acesso a recomendações de produções acadêmicas sobre meu assunto de interesse. Além destas, a partir do ano de 2022, a professora Edviges também passou a me supervisionar na monitoria que eu exercia no curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) desde 2016. O papel da monitoria visava dar atenção aos alunos indígenas, e foi desenvolvida a partir da troca entre coordenação, professores, monitores e estudantes, no intuito de aprimorar a qualidade da experiência dos alunos na universidade. O curso Licenciatura Intercultural Indígena se desenvolve com base na pedagogia da alternância, que apresenta duas etapas de aula, o Tempo Comunidade – período em que os alunos retornam para suas comunidades, – e o Tempo Universidade, período de aulas presenciais no campus da UFSC, em Florianópolis. O acompanhamento dos alunos em

sala de aula e nos demais espaços da UFSC, para além de servir como apoio aos alunos, também tornava o ambiente propício para somar conhecimento sobre os povos indígenas do Sul do Brasil. Permitiu-me também que os corredores da Universidade, e os ambientes de descanso, se tornassem ambientes propícios para ouvir histórias, trocar conhecimentos e estreitar laços com os alunos. Guardo com muito carinho minha experiência na monitoria da Licenciatura Intercultural Indígena, como um período da minha graduação em que pude vislumbrar um futuro profissional e criar e fortalecer vínculos com os indígenas.

Foi através desta monitoria junto à Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica que eu tive meus primeiros contatos com os alunos dos povos Laklãnõ-Xokleng, Mbya Guarani e Kaingang, e a oportunidade de presenciar debates em sala de aula, que abordaram, entre outros temas, cultura, política, cosmologia, línguas indígenas, cotidiano nas aldeias, territórios e demarcação de terra, antigos roçados, relações familiares, e, acima de tudo, as lutas traçadas por esses povos em busca dos direitos básicos para manterem vivas suas culturas, suas histórias e seus territórios, inclusive no ambiente universitário. Lembro-me bem de ouvir de uma aluna que dizia que preferia ficar no alojamento fazendo comida para todos do que se alimentar no Restaurante Universitário, pois, para ela, era a maneira que ela se sentia mais próxima de casa. A mesma aluna, certo dia, levou pão caseiro para o período de intervalo das aulas e, ao passo que comíamos o pão, feito por ela pela manhã antes da aula, ela contava para mim e para os demais monitores presentes que era hábito dela acordar todos os dias pela manhã e fazer o pão para o café, para ela e para a família, mais uma vez salientando a importância da comensalidade, citada acima.

Entre as experiências vividas como monitora em e sala de aula, tive a oportunidade de assistir as apresentações de trabalhos feitos em Tempo Comunidade. Entre eles, me marcou o trabalho de uma aluna Lãklãno-Xokleng, que apresentou para a turma uma das atividades realizadas na aldeia, a trilha dentro da mata para conhecer as plantas e animais com importante papel cultural, utilizados tanto como alimentos como com fins medicinais. Nestes contatos com os indígenas, e aprofundando leituras de textos sobre os indígenas e seus modos de produzir seus sustentos e sua alimentação, fui tomando conhecimento sobre como produzem seus roçados, manejam suas florestas e os demais recursos disponíveis nos habitats onde vivem.

Instigada por estes conhecimentos que me eram propiciados como monitora na Licenciatura Intercultural Indígena, minha intenção inicial era estudar os roçados indígenas,

realizando levantamentos a partir de trabalhos de campo. Todavia, ao elaborar o projeto de pesquisa percebi que realizar uma pesquisa de campo implicaria na necessidade de condições como tempo para firmar laços com os indígenas e seus aceites para a pesquisa, recursos financeiros e um tempo de pesquisa maior do que um TCC de graduação possibilita. Decidi, então, junto com minha orientadora fazer somente pesquisa bibliográfica para o TCC, preparando o terreno para uma pesquisa mais substancial, com pesquisa de campo, em um curso de mestrado. Assim, com base apenas em levantamento bibliográfico, decidimos que o meu projeto de pesquisa para esse TCC deveria focar sobre os estudos e pesquisas envolvendo práticas de uso e manejo de áreas florestais praticados pelo povo Kaingang, em especial na região Sul do país. Tendo como objetivo, no desenrolar do meu estudo, criar um grande mapeamento das pesquisas que se dedicam a esse tema, situando-os com os autores e as instituições que desenvolvem estudos nesta área, compreendendo assim suas motivações, somadas aos contextos históricos e sócio-políticos que possibilitaram a realização destes estudos. Pretendia com estas fontes construir uma base de conhecimento para realizar minhas próximas pesquisas no decorrer da minha caminhada acadêmica.

De modo mais específico, ao fazer um levantamento dos estudos sobre os modos de manejo das florestas entre os povos indígenas no Sul do país, busco compreender também três principais questões: a) como estes estudos trabalharam e elaboraram suas hipóteses e estratégias de pesquisas que permitiram inverter a compreensão das florestas como produto meramente biológico para entendê-las como resultado da ação humana, contrapondo-se a de um bioma prístino e avesso à presença humana; b) como estes estudos destacaram o aumento da diversidade das espécies florestais como resultado das práticas de uso e manejo das florestas com longa histórico de ocupação; e, c) qual a importância destes estudos para a compreensão das concepções e dos modos de manejo das áreas de florestas pelos povos indígenas na atualidade.

1.3. REFERENCIAL TEÓRICO

Como explicado previamente, para este Trabalho de Conclusão de Curso optei pela pesquisa bibliográfica após perceber, em reuniões com a minha orientadora, que desenvolver um trabalho de campo demandaria tempo e maturidade para conduzir levantamentos de campo que eu ainda não estava preparada, além de recursos financeiros e materiais para as viagens e manutenção em campo. Assim sendo, decidimos pelo desenvolvimento do meu

TCC em forma de uma pesquisa bibliográfica, a qual, todavia, como ressalta Feldens (1981), desempenha papel crucial na construção de uma pesquisa.

Segundo Feldens (1981, p.1198), ainda que pequena, a revisão bibliográfica pode ser considerada uma contribuição importante para a construção de uma teoria em determinada área e, assim, ao agrupar os resultados da pesquisa e elaborar o quadro de referências, o pesquisador conseguirá ampliar seu conhecimento nesta área em particular. Ou seja, desenvolver uma pesquisa bibliográfica permite que o pesquisador embase seu trabalho em teorias, conceitos e pesquisas anteriormente realizadas, além de possibilitar a identificação do estado atual dos estudos desenvolvidos a partir do tema, construindo uma base sólida para a introdução ao estudo da área acadêmica escolhida. A pesquisa bibliográfica possibilita ainda que, a partir desta investigação, identifique-se a oportunidade de contribuir com novas informações ou perspectivas sobre o tema. Ou, ainda, se realize uma análise crítica das fontes, comparando-as ou as colocando em perspectivas apresentadas por diferentes autores.

Neste sentido, para o autor, a pesquisa deve ser dividida em três fases: a pré análise, ou levantamento bibliográfico, a etapa de organização na qual é realizada a primeira leitura e seleção preliminar do material e a escolha dos documentos que a priori serão utilizados, utilizando-se de palavras-chaves e termos relacionados afins de refinar a busca. Na exploração do material realiza-se a codificação e categorização do material e a definição do tema de pesquisa, avaliando criticamente as fontes encontradas, através de uma leitura minuciosa, e fichamento, identificando conceitos, metodologias e resultados que possam contribuir com a pesquisa. E, por fim, o tratamento dos resultados obtidos e interpretação por meio da inferência que, citando Bardin (1977, p. 133), poderá "apoiar-se nos elementos constitutivos do mecanismo clássico da comunicação: por um lado, a mensagem (significação e código) e o seu suporte ou canal; por outro lado o emissor e o receptor".

O tratamento dos resultados e a interpretação por meio da inferência na pesquisa consistem em analisar e compreender os dados coletados (mensagem), atribuindo-lhes significado (significação) por meio de uma análise. Essa análise é realizada pelo pesquisador (emissor) com base nos dados coletados por meio de instrumentos específicos para a coleta de dados, como livros, artigos, etc. (suporte ou canal), visando extrair conclusões e inferências sobre o tema estudado. O pesquisador atua como emissor e receptor, sendo assim, além de coletar os dados e analisá-los, o pesquisador ainda é o destinatário da mensagem, ao interpretar os dados obtidos por meio da pesquisa. Com a pesquisa aqui apresentada, tenho

como objetivo, além de alcançar estes pontos citados acima, também a construção de uma base sólida para que, na sequência da minha caminhada acadêmica, possa utilizá-la como suporte teórico e de compreensão dos alcances de seu estado da arte.

A pesquisa bibliográfica e o estudo de caso, portanto, servem como ponto de partida para o desenvolvimento de uma pesquisa etnográfica, iluminando a importância do fenômeno a ser estudado. Em um diálogo paralelo, o professor Pacheco de Oliveira (1983) ressalta que, de acordo com o objeto de cada pesquisa, o valor heurístico de fontes documentais e dados de observação direta pode variar, visto que, em muitos casos os dados que o investigador precisa podem ser mais facilmente reunidos através de fontes documentais do que um estudo intensivo de uma comunidade local (p. 89). Neste sentido, entendo que pensar a construção deste estado da arte de pesquisar sobre um determinado fenômeno, possibilita que se compreendam diferentes teorias e campos de pesquisa que têm sido realizados a fim de situar minha pesquisa frente às demais. Para tanto, utilizo como referências para a abordagem do tema as mesmas referências que trabalho para abordar o tema das florestas e origem biocultural, afim de me aproximar e compreender as motivações dos autores e seu caminho dentro da pesquisa, como, por exemplo, Balée (1989), Cunha (2015), Posey (1985), Magalhães (2013) e Oliveira (2016).

Em seu texto “Elementos Para Uma Sociologia dos Viajantes”, Pacheco de Oliveira, (1983), delimita a relação entre o antropólogo e os relatos dos viajantes como uma relação marcada por ambiguidades. Visto que os relatos não fornecem dados suficientes para possibilitar uma análise segundo os padrões requeridos, porém, ao analisar criticamente esses relatos, o antropólogo seria capaz de extrair informações valiosas, permitindo que imprima à sociedade estudada uma dimensão histórica. Para promover essa análise crítica, segundo o autor, é necessário “dar um estatuto teórico ao objeto de investigação”, isto é, pensar o objeto de estudo, como uma produção intelectual, realizada por certos atores sociais e de acordo com um conjunto de regras historicamente definidas (p. 90). Sem que o material seja desvalorizado, mas sim considerando que o sujeito que o produziu passou por um processo de formação e preparação específico que o capacitou a perceber certos fenômenos e os descrever de certas maneiras, propondo tipos de explicação para eles. Portanto, se faz necessário, ao utilizar uma produção intelectual para realizar uma pesquisa bibliográfica, considerar: quais eram as finalidades para que elas fossem realizadas; quais as fontes e modalidades de financiamento para a realização desta pesquisa; quem são os pesquisadores, quais as suas qualificações; quais as recompensas que serão dadas aos pesquisadores por realizarem esse

trabalho, e como isso pode afetar sua dedicação no desenvolvimento da pesquisa; como se dá a organização interna da realização dessa pesquisa, quais os papéis sociais estabelecidos e por fim, como são determinadas a duração e a escolha da área a qual ela se destina. A fim de promover uma análise crítica e reflexiva sobre o contexto, a motivação e a integridade do trabalho realizado.

Além destes autores de referência para pensar o trabalho de mapeamento dos estudos sobre os manejos das florestas por povos indígenas, também me baseio em uma série de autores e autoras que dão suporte às discussões sobre a relação dos modos de manejo dos recursos ambientais e a promoção da diversidade biológica das espécies vegetais. Entre eles, Manuela Carneiro da Cunha e Ana Gabriela Morim de Lima (2022) nos apresentam a enorme diversidade de espécies de plantas cultivadas por populações indígenas, além de outras informações relevantes sobre a conservação e o aprimoramento do que denominam “agrobiodiversidade”, termo utilizado pelas autoras para se referirem à diversidade biológica ou genética dos cultivos por populações indígenas amazônicas pré-colombianas.

Entre os meios de incentivo para a domesticação de espécies de flora selvagens, Carneiro da Cunha e Lima (2022) apresentam o valor ritualístico, citando como exemplo a agricultura praticada pelo povo Krahô. Por um lado é enfatizado o plantio com a finalidade de tornar alimento o milho (*Zea mays*), batata-doce (*Ipomoea batatas*) e abóbora (*Cucurbita*), que possuem um grande número de variedades - 18 variedades de abóbora, 15 variedades de batata doce e 13 variedades de milho. Por outro lado, a diversidade de favas se sobressai, com 43 variedades, por sua importância estética e evocativa (p. 64). De acordo com o relato de Miller (2015, apud Carneiro da Cunha e Lima, 2022) os desenhos, cores e formatos presentes nas variedades de favas se assemelham a pinturas corporais e a características físicas humanas, ou ainda a máscaras utilizadas com finalidades ritualísticas. As autoras destacam autores como Charles Clement (1989, 1999) e Lévi-Strauss (1950) como as primeiras referências a chamarem atenção para as práticas de domesticação de espécies selvagens através de roçados pelos povos indígenas, mesmo com a limitação de variedades, ou para as expedições de coleta de alimentos, como fator de grande importância na produção de biodiversidade. Na mesma direção, Balée (1988) assinala que a manutenção e a diversidade biológica nas florestas tropicais estão intrinsecamente relacionadas com práticas tradicionais de agricultura itinerante de povos pré-colombianos, inclusive após seu abandono.

Estes trabalhos procuram demonstrar a importância do conhecimento das populações indígenas sobre o comportamento da floresta, de como suas práticas de manejo das espécies vegetais possuem uma função de fundamental importância na manutenção e ampliação da biodiversidade de seus ecossistemas. Neste sentido, este TCC está sendo elaborado com base em levantamentos bibliográficos sobre referências em temas como florestas culturais, biodiversidade e manejos da terra, com o intuito de apresentar como estes estudos ressaltam os modos indígenas de lidar e se relacionar com as florestas, e com as espécies vegetais em geral, assim como pela sua contribuição para o aumento da biodiversidade dos ecossistemas. Pretendo demonstrar como estes estudos têm ajudado a desconstruir a compreensão da floresta como um ambiente prístino, conforme sustentado pelas ciências biológicas, e a salientar a importância do manejo de florestas por parte dos povos indígenas para a produção e manutenção das paisagens ambientais.

1.4. LEVANTAMENTO DAS INFORMAÇÕES

O levantamento de informações para esse TCC foi basicamente centrado na pesquisa bibliográfica. Este levantamento bibliográfico focou em áreas de conhecimento como a Antropologia, a Arqueologia, a História, a Biologia e Ecologia que falassem sobre o manejo de florestas por populações indígenas. Busquei materiais referentes ao tema, como teses, livros, artigos e documentos, através de bibliotecas digitais, como o *Google Scholar*, *Scielo*, *Repositório de instituições Federais*). Através da pesquisa de termos como “manejo de terra indígena”, “florestas culturais”, “territorialidade”, “florestas de araucárias”, “bem viver” e “preservação”, possibilitando entradas que possuam conexões com o tema selecionado. Além dos levantamentos individuais, tive ainda o auxílio da minha orientadora para ter acesso a mais materiais bibliográficos. Realizei a construção de fichamentos em forma de tabelas, separados pelos temas estabelecidos para a construção desse TCC, como “pinhão”, “Kaingang”, “cosmologia”, “Floresta de Araucárias” e também separados por autores, como Balée e Diegues. Ao passo que destacava as partes que condizem com a proposta da minha pesquisa, fixava estas separadas entre os temas que se encaixavam, de forma a organizar o material utilizado em cada parte do corpo do trabalho.

Na pesquisa de material bibliográfico procurei, primeiramente, focar em estudos realizados sobre os temas Floresta de Araucárias, no sul do Brasil. Conforme fui selecionando os textos principais que me auxiliaram neste trabalho, fixando os mesmos, deparei-me com temas que até então não havia lido sobre, como a floresta de Castanhas-do-Pará, e o manejo de espécies em roçados, assim como termos como “agrobiodiversidade” e “agroecologia”, que estavam muito presentes nos materiais, e condizem com os manejos de terra indígena. Estes conhecimentos me levaram a uma segunda pesquisa focada em conhecer mais profundamente sobre estes assuntos, e visualizar como estes poderiam me auxiliar na construção do TCC. Deste modo foram levantados sete livros, um destes foi possível encontrar somente em inglês, os quais utilizei para consulta, como os livros da coleção “Povos Tradicionais e Biodiversidade no Brasil” (Cunha, et al, 2021) e “Tristes Trópicos” (Lévi-strauss. 1996).

A construção desta pesquisa bibliográfica, portanto, ampliou meu campo de visão perante o assunto de manejo de terras por populações indígenas. Ao passo que cada texto lido me fornecia informações as quais não tinha conhecimento previamente, e que me instigaram a pesquisar mais sobre, como uma rede que agrega diversas áreas de conhecimento, ambientes e populações, todas diretamente conectadas, e conforme conhece um pouco mais da sua extensão, de maneira sequencial surgem novas informações.

Fiz a leitura de uma média de 50 documentos, entretanto, como parte destas pesquisas era de outras áreas de conhecimento, acabei por delimitar os capítulos destes documentos que condizem mais diretamente com a minha pesquisa. Entre os documentos que utilizei, sua maioria eram artigos, monografias e dissertações, encontradas nos sites de busca como o *Google Scholar* e *SciELO*, em geral publicados em português. Entre eles, tornou-se cada vez mais evidente que este tema está necessariamente entrelaçado a várias áreas de conhecimento para além das ciências humanas, sendo impossível discutir manejo de florestas culturais sem envolver minimamente outras áreas de conhecimento. Assim sendo, foram realizados consideráveis levantamentos de bibliografias relacionadas a áreas, como a da História Ambiental, Arqueologia, Biologia, Geografia, Engenharia Ambiental e Sanitária, o que tornou possível cruzar estas áreas de conhecimento para a melhor compreensão do tema. Além destes levantamentos bibliográficos, também foram utilizados na pesquisa bancos de dados online, como o do Instituto Socioambiental (ISA). Na página do ISA foi possível o levantamento sobre as situações das Terras Indígenas no Brasil, entre demarcadas e não demarcadas. Além desta página, também a ONG MapBiomias, que realiza o mapeamento anual da cobertura e uso do solo, com o intuito de sinalizar os índices de desmatamento dentro e fora de Terras

Indígenas. Os dados demonstrados por estes bancos possibilitam a visualização da importância das terras indígenas para a prevenção do desmatamento, além de seu papel essencial na construção e preservação da fauna e flora local.

A partir destas informações, realizei as leituras e fichamentos dos textos durante o dia, majoritariamente no período da tarde, nos horários que separava na minha agenda diária para me dedicar à pesquisa. Além das leituras, também me atentei aos debates em sala de aula, das disciplinas optativas que escolhi com a intenção de agregarem conhecimento na área de pesquisa que almejo, assim como utilizei o meu período como bolsista na Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, como formas de inspiração na construção deste TCC.

II. OS KAINGANG E AS MATAS DE ARAUCÁRIAS

Lua, Kysã, a mais bela jovem Kaingang, dizia que só se casaria com quem fosse o mais belo e forte (...).

Toda noite, ela subia em uma árvore que ficava no alto, e olhava para o céu.

Lua escolheu uma estrela brilhante e pediu a ela que descesse à aldeia para se casarem. (...)

Ouvido o chamado de Kysã, estrela cadente, Krin Jé, atendeu seu pedido e desceu à aldeia dos Kaingang para se casar com ela. Ao chegar, estrela cadente, Krin Jé, disse:

- Lua, Kysã, me chamou. Vim para nos casarmos.

Krin Jé se apresentou como um homem velho e fraco, o oposto do que ela pedira. E disse que, com o tempo, mostraria quem de fato ele era. Mas Kysã se recusou a casar-se com ele.

(...)

Lua, então, foi atrás dele e se desculpou por não ter cumprido sua palavra, afinal ela o escolhera. (...)

Krin Jé pediu que Kysã reafirmasse o seu amor perante toda a comunidade. Eles voltaram para a Aldeia. Lua abriu seu coração e afirmou que se casaria com estrela cadente para estar com ele e apoiá-lo para todo o sempre.

Nesse momento, Krin Jé se transformou em um homem belo e forte. E, para sua surpresa, Kysã começou a rir sem parar. Estrela cadente, então disse:

- Lua, por que você ri? Eu vou me transformar novamente, dessa vez, no que eu quero!

Ao que a Lua respondeu:

- E eu ficarei ao seu lado!

Um raio de sol penetrou na floresta, e Estrela cadente se transformou em Fág, a primeira araucária.

Envolta na mesma luz, Lua se transformou em Segsó, a primeira gralha azul.

Até hoje, Kysã, transformada em segsó, colhe e enterra as sementes dos pinhões de Krin Jé, transformando em *Fág*, por todo o território Kaingang.

De cada pinhão enterrado, nasce uma nova araucária e mais um Kaingang.
(Salvador & Fonseca. 2022)

2.1. INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo abordar alguns modos do povo Kaingang de se relacionar com as matas de araucária, tanto como fonte de seus sustentos, como para sua organização sociocultural e cosmológica. Primeiramente, através de estudos de autores como Branco (2021), Copé (2015) e Veiga (2010), pretendo apresentar a importância dos Kaingang para a formação deste bioma, trazendo algumas das técnicas de coleta e da preservação e plantio da semente da araucária (o pinhão) que este povo desenvolveu. Irei destacar quais as formas de utilizar os subprodutos disponíveis neste ambiente, de maneira a auxiliar na reprodução e diversidade das espécies que a compõem. Com base nas noções de “florestas culturais” trabalhadas por Balée (1989, 2008) Balée & Schaan, (2021), Copé (2015), Magalhães (2013) e Oliveira (2016), pretendo assinalar como as matas de araucárias também podem ser compreendidas como uma formação etno-ambiental.

Em seguida, buscarei mostrar como estas florestas estão relacionadas à organização sociocultural e cosmológica do povo Kaingang, e como possuem um papel central como um ente político e espiritual para essa sociedade. Por fim, irei assinalar como ocorreu a destruição das matas de araucárias, e como essa extinção possui forte influência na mudança dos seus modos de vida material e simbólicos Kaingang.

2.2. AS ARAUCÁRIAS, SUAS MATAS E DEFINIÇÕES A PARTIR DAS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Antes de abordar os modos que os Kaingang têm se relacionado com as matas de araucárias é importante, primeiramente, compreender como elas têm sido apresentadas do ponto de vista das ciências biológicas, pois, historicamente, este tem sido o campo de conhecimento que primeiramente tem desenvolvido informações sistemáticas sobre essa espécie. Além de compreender os modos com as ciências biológicas têm construído conhecimentos sobre essa espécie, esse breve mapeamento também nos permite apreender algumas de suas principais características e distribuição pelo planeta.

Assim, de acordo com as ciências biológicas, as Matas de Araucárias constituem uma das fitofisionomias³ florestais que compõem o bioma Mata Atlântica. Nesta formação, a *Araucaria Angustifolia*, ou pinheiro-brasileiro como é mais conhecido, está presente como espécie emergente, ou seja, que atinge grandes alturas e diâmetros, como menciona Copé (2015). De acordo com Ferri (2019), a *Araucaria Angustifolia* é uma das espécies que compõem a família de coníferas⁴ *Araucariaceae*, que engloba cerca de 40 espécies. O pinheiro-brasileiro está presente no gênero Araucária, e entre as principais espécies da seção Columbea, juntamente com a *Araucaria araucana*, que ocorre em regiões montanhosas e com clima ameno, como o Chile e a Argentina.

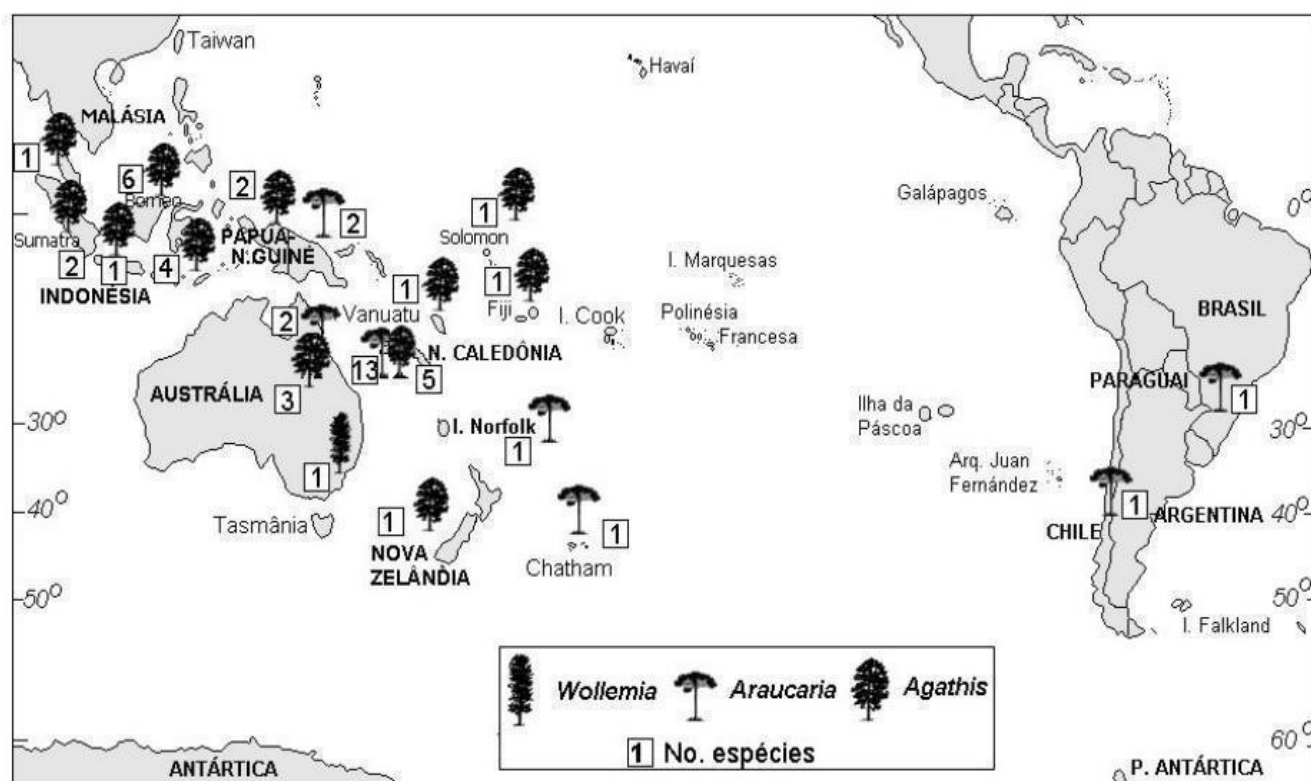
A *Araucariaceae* é considerada parte da família de coníferas mais antiga do mundo, a qual é composta pelos gêneros *Araucaria*, *Agathis* e *Wollemia* – que possui somente uma espécie de *Wollemia nobilis*, exclusiva do Sudeste da Austrália. O início do desenvolvimento dessa família de coníferas é marcado há cerca de 251 milhões de anos. Já o gênero Araucária teria aparecido no período entre 199 e 145 milhões de anos atrás (Ferri, 2019). Segundo Dutra (2003), é possível encontrar fósseis da família *Araucariaceae* em locais como Antártica, África, Índia, Europa e América do Norte (Ferri, 2019 apud Dutra & Stranz, 2003). Na América do Sul os fósseis foram encontrados em áreas da Argentina e do Chile.

Atualmente a família de coníferas está distribuída no Hemisfério Sul, sendo encontradas com maior diversidade na Nova Caledônia - arquipélago localizado ao Sul do Oceano Pacífico -, onde existem 18 espécies. As espécies do gênero *Agathis* se dispersa pelas ilhas do Sudeste Asiático e Península Malaia, enquanto o gênero *Araucaria* possui uma ampla distribuição pela Austrália, Nova Guiné, Ilha Norfolk, Nova Caledônia e no Brasil, onde apenas a espécie *Araucaria angustifolia* é nativa, sendo que na América do Sul sua distribuição se dá em áreas elevadas e bem iluminadas (Ferri, 2019).

³ Fitofisionomias são os tipos de vegetação presentes em um determinado bioma. Em cada bioma ou região existem fitofisionomias ou tipos predominantes de vegetação, neste caso a fitofisionomia seria a floresta de araucárias.

⁴ As coníferas são arbustos e árvores com ramos e frutos em forma de cone.

Figura 1- Mapa de distribuição geográfica e número de espécies dos gêneros modernos de *Araucariaceae*.



Fonte: Dutra & Stranz, 2003.

Segundo Copé (2015), a expansão deste ecossistema teve início no planalto paranaense cerca de 1500 AP, estendendo-se às terras altas de Santa Catarina por volta de 1000 AP e atingindo o atual Planalto das Araucárias gaúcho em cerca de 850 AP. Contudo, com relação à sua expansão no Rio Grande do Sul, a sua extensão tardia é relacionada ao aumento de queimadas e ao manejo desenvolvido pelos grupos humanos que ali viviam, visto que a ocupação da mata de araucárias ocorreu inicialmente em áreas mais baixas da floresta. Diante disso, ao passo em que Mata Atlântica era domesticada e expandida, este ambiente passava a ser ocupado pelas populações indígenas que a manejam. Essa constatação tem possibilitado a afirmação da tese de se tratar de um ambiente domesticado (Copé, 2015).

As Florestas de Araucárias são definidas pelos biólogos como fitofisionomias florestais, que compõem a Floresta Atlântica (Zagaro & Moreira, 2019). Nesta formação vegetal as araucárias se encontram agrupadas em campões de mato, distribuídas pelos

planaltos da Serra Geral e Serra do Mar⁵, que se estendem também sobre as vertentes de pequenos rios e arroios sob a forma de florestas galerias⁶ (Copé, 2015).

Nesta formação florestal, a Araucária apresenta caráter dominante na vegetação, representando uma grande porcentagem de indivíduos do estado superior, ou seja, ocorrendo como uma espécie emergente, que atinge grandes alturas e diâmetros (Zagaro & Moreira, 2019). Árvores como a imbuia (*Ocotea porosa*), a canela-lajeada (*Ocotea pulchella*) e a canela-amarela; o camboatá-branco (*Matayba elaeagnoides*) e camboatá-vermelho (*cupania vernalis*); bracaünga (*Mimosa scabrella*), rabo-de-mico (*Inga Edulis*) e o angico-vermelho (*Parapiptadenia rígida*), são apenas uma parcela das espécies que compõem o extrato abaixo das copas das araucárias. No sub-bosque predominam, em grandes áreas, a erva-mate (*Ilex paraguariensis*) acompanhada da guaçatunga (*Casearia decandra*), do vacunzeiro (*Allophylus guaraniticus*) e outras (Atlas de SC. 986:36). Além destas, a presença de árvores frutíferas como o araçazeiro (*Psidium longipetiolatum*), a guabirobeira (*Campomanesia xantocarpa*) e a goiaba do mato (*Aca sellowiana*) (Santos, 2021) também compõem esse bioma.

Além da composição diversificada da flora, Santos (2021) menciona a possibilidade de se encontrar uma fauna variada. De acordo com a região, essa fauna pode ser composta por mamíferos como cutia (*Dasy proctaazarae*), quati (*Nasua nasua*), cateto (*Pecari tajacu*), felinos como jaguatirica (*Leopardus pardalis*), sussuarana (*Puma concolor*), gato mourisco (*Puma yagouaroundi*), borboletas como maria-boba (*Heliconius erato phyllis*) e borboleta-fogo-no-ar (*Dryas iulia alciônea*). Também são encontrados anfíbios, serpentes e aves, como sapo-sururú (*Rhinella abei*), cobra-cipó (*Chironius bicarinatus*), jararaca (*Bothrops jararaca*), gralha azul (*Cyanocorax caeruleus*), joão-de-barro (*Furnarius rufus*), pica-pau do campo (*Colaptes campestris*) e coruja-buraqueira (*Athene cunicularia*) (Santos, 2021)

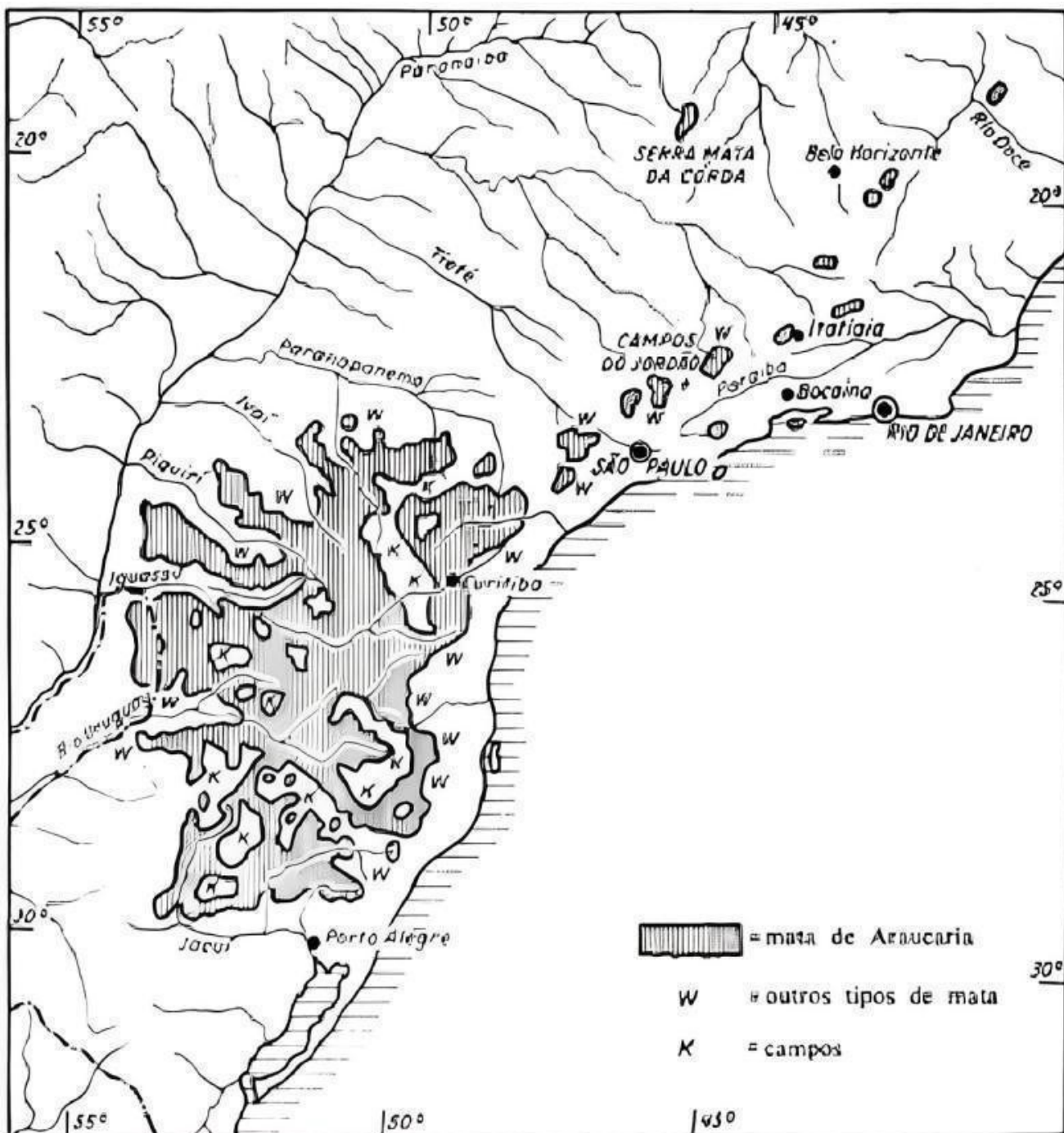
Esta composição florestal, de acordo com Bortocello (2018), atingia em sua área original, até o final do século XIX, cerca de 200.000 Km. Estas matas ocorriam com mais intensidade nos estados do Paraná (40%), Santa Catarina (31%) e Rio Grande do Sul (25%), mas também apresentando manchas no Sul do estado de São Paulo (3%), adentrando até o Sul

⁵ Formações geológicas da Região Sul que apresentam em sua composição camadas de efusões vulcânicas. Esses terrenos são mais elevados próximos ao Atlântico, alcançando altitudes acima de mil metros em relação ao mar, formando uma barreira montanhosa com relevos variados, pequenos e pequenos planaltos que perdem a altitude em direção ao interior. (Copé, 2015)

⁶ A Mata de Galeria é a vegetação florestal que acompanha córregos e os cursos de rios de pequeno porte, formando corredores fechados (galerias) sobre os cursos d'água. Localizam-se, geralmente, em fundos de vale ou cabeceiras de drenagem. Pode ser Inundável ou Não-Inundável. (Ribeiro & Wagner, 1998)

de Minas Gerais e Rio de Janeiro (1%) (Bortocello et al. 2018). No mapa abaixo é possível observar sua distribuição original, antes do século XIX, no Brasil.

Figura 2 – Mapa de regiões de distribuição original de *Araucaria Angustifolia*



Fonte: Hueck (1953).

2.3. FONTES DE RECURSOS OFERTADOS PELAS ARAUCÁRIAS

Diferente de um passado não muito longínquo, a perspectiva atual da indústria madeireira sobre a araucária é a de ser considerada madeira de alta qualidade, a qual teve importante papel na economia brasileira, especialmente nas décadas de 1940-50. Pela facilidade de se trabalhar com ela, é indicada para uma variedade de produtos como palitos de fósforo, móveis, forros, construções de casas e até mesmo navios. Além do seu tronco, os ramos secos carregados de folhas que caem dos pinheiros, chamados popularmente de grimpa ou grimfa, podem ser utilizadas para a produção de placas de fibra de madeira ou ainda briquetes⁷. Além do papel na marcenaria, os nós da Araucária, ou nós de pinho como são popularmente conhecidos, possuem um alto índice de resina natural do pinheiro, o que dificulta sua decomposição. A única forma de desintegração rápida do nó é pelo fogo, que possui uma queima longa, sem a necessidade de reposição de lenha. Os nós são amplamente utilizados nos fogos domésticos, em caldeiras e locomotivas, e, atualmente, para alimentar o fogo de metalúrgicas (Angeli, 2003; Leão, 2000).

Figura 3: Nó de pinho.



Fonte: Site MF Rural

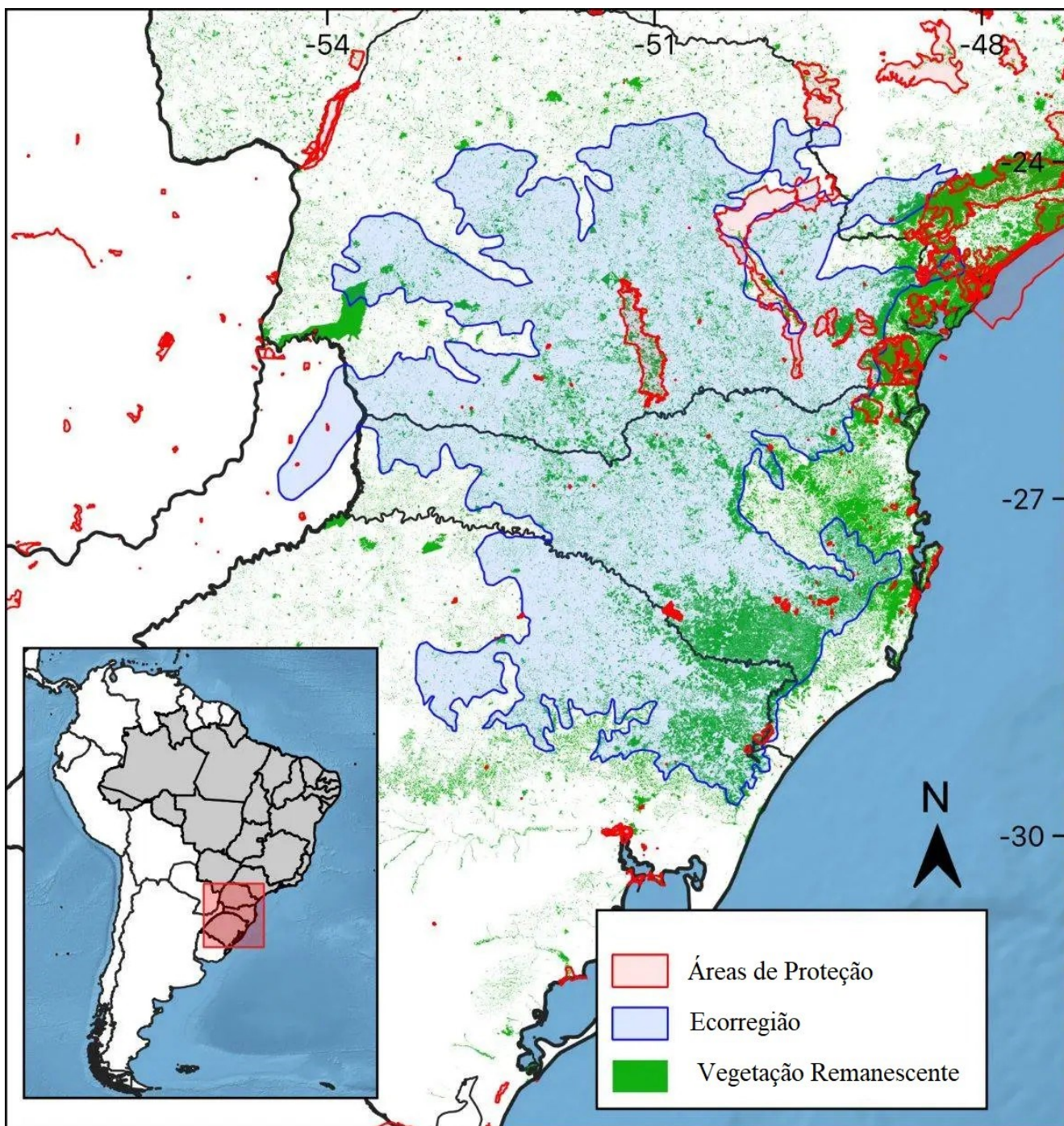
⁷ O briquete é considerado um substituto da lenha, também conhecido como carvão ecológico, resulta do processo de secagem e prensagem de resíduos de madeira. Devido seu alto poder calorífico é capaz de substituir com eficiência os combustíveis tradicionais – gás, energia elétrica, carvão vegetal, carvão mineral e a lenha. As matérias-primas mais utilizadas para a produção de briquetes pode ser: serragem, maravalha, casca de arroz, palha de milho, sabugo, bagaço de cana-de-açúcar, casca de algodão, casca de café, feno de braquiaria, entre outros (SEBRAE).

A araucária também é procurada para a fabricação de papel, por ter a fibra longa, o que confere maior resistência ao papel, e a cor clara, que não necessita de tanto branqueamento químico. Além destes usos, suas sementes possuem alto valor nutricional, participando das dietas dos moradores da Região Sul. Podem ser consumidas cozidas, assadas, transformadas em farinha, pães, massas, entre outros pratos – bem como preparações que fazem parte da dieta Kaingang, como veremos mais à frente.

2.4. DESAPARECIMENTOS DAS MATAS DE ARAUCÁRIAS

Lamentavelmente, diferente dos tempos pré-coloniais, nos dias de hoje resta menos de 3% da área original da mata de araucárias, incluindo matas em regeneração e florestas exploradas, situadas somente no Sul do País, em pequenas áreas ilhadas decorrentes de atividades antrópicas (Copé, 2015). No mapa a seguir é possível observar em azul a área original da mata de araucárias e, em verde, as atuais vegetações remanescentes.

Figura 4: Mapa da distribuição original da floresta de araucária; dos remanescentes do ecossistema; e áreas protegidas.



Fonte: Saraiva, 2021. (Tradução Própria)

De acordo com Brandt (2018), o processo de desmatamento da Floresta de Araucárias teve início com a chegada de europeus e a formação de rede de caminhos de tropas ligando o Rio Grande do Sul a São Paulo, dos quais se fundaram as primeiras fazendas de criação de animais e monoculturas no século XVIII. A introdução de plantas exóticas a partir das primeiras décadas do século XVI, como por exemplo o trigo (*Triticum spp*), a cevada (*Hordeum vulgare*) e o capim tenro (*Panicum maximum*), de animais, como bovinos, equinos,

muares e suínos, além da extensão de áreas de pastagens ou lavouras pela derrubada da floresta, foram responsáveis por transformar as paisagens locais. Antes da ocupação pelos europeus as paisagens das Florestas de Araucárias eram descritas por naturalistas europeus, no século XIX, como “extensas pastagens; pequenos capões onde sobressai a valiosa e imponente araucária” (Saint-Hilaire, 1978. Apud Nodari, 2018).

Como menciona Balhana (1996), as políticas de imigração no Brasil ocorreram em duas partes. A primeira começou a ocorrer com o Decreto de 1820, que concedia terras a imigrantes católicos, a fim de estimular a imigração de famílias alemãs, com a finalidade de promover uma ocupação mais intensa. A segunda etapa de estímulo de imigração teve início em 1834, pelo Ato Adicional, que foi uma medida legislativa que alterava a Constituição de 1824, garantindo maior autonomia às províncias do Império. Deixando sob competência das províncias a iniciativa de promover o estabelecimento de colônias de imigrantes (Balhana, 1996; Nodari, 2005; Zarth, 2018). De acordo com Balhana (1996), a imigração a partir de 1840 passa a ser incentivada para desenvolvimento da agricultura no país e a produção de alimentos para o mercado interno.

De acordo com Carvalho e Nodari (2005), a exploração extensiva da floresta de pinheiros brasileiro coincide com o momento da chegada dos chamados “primeiros colonos”, através da navegação a vapor no rio Iguaçu em 1882. No mesmo ano é instalada a primeira serraria da região, e os colonos viriam a se tornar madeireiros, mesmo que não tivessem condições econômicas nem interesse em montar uma serraria própria. A colonização e o loteamento de terras para as famílias de imigrantes passaram a tomar impulso significativo a partir da construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande do Sul, em 1904, que cortava um trecho da região das florestas de araucárias, na fronteira de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul. Zarth (2018) afirma que a construção das ferrovias colocou os produtores em contato com o mercado de venda, o que aumentou o interesse e o número de agricultores em atividade na região expandiu.

O desenvolvimento das técnicas de derrubada e transporte de araucárias promoveram o avanço das madeireiras na região Sul, tornando o ambiente propício para o processo exploratório de grandes rebanhos de herbívoros, na entrada do século XX. Segundo Brandt (2018), o uso da araucária naquele período raramente era mencionado pelos engenhos de madeira. Segundo o autor, de maneira geral, as demais espécies madeireiras eram utilizadas para a construção de residências, móveis e cercas. Todavia, em sua maioria, as araucárias

eram queimadas e derrubadas a fim de expandir o espaço de lavoura e pastagem, entendia-se que se não fossem extintas a floresta continuaria crescendo e tomando as lavouras. A presença da araucária, até metade do século XX, era associada a uma praga, um ‘mato’, que deveria ser combatida, de acordo com os donos de fazenda da região (Brandt, 2018. p.34). Visto que, segundo Licurgo Costa (1982; apud Brandt, 2018), o excesso destas árvores desvalorizava o terreno. Para tanto, técnicas para a derrubada da floresta eram empregadas, como a derrubada das árvores menores - de até 40 cm - com machado e as maiores através do descascamento da base.

De acordo com Brandt (2018), a partir da década de 1930, ocorre uma grande mudança, quando as madeireiras passam a ser o principal setor econômico da região, com enfoque nas araucárias, fazendo com que a sua madeira passasse a ser comercializada nos mercados interno e externo. Influenciada principalmente pela introdução de serrarias próximas às fazendas, a expansão da exploração das araucárias foi intensa. Somente em Santa Catarina se registrou a existência de 471 serrarias no ano de 1962, as quais derrubavam por ano cerca de 706.500 árvores adultas (Brandt, 2018). Segundo Maack (1953), no estado do Paraná, por sua vez, que possuía maior extensão da Floresta de Araucárias em relação aos demais estados do Sul do país, estendendo-se por 177.395 km² que perfaziam 38% da paisagem pré-colonial, a área desmatada em 1950 correspondia já a 50%, cerca de 48.556 km.

Vinte anos após os trabalhos em serrarias passarem a ser a principal fonte de renda local, o botânico Aubreville realizou uma visitação à área de floresta de araucárias como membro da delegação francesa para a Conferência Latino-Americana de Florestas e Produtos Florestais⁸. De frente ao crescente desmatamento da floresta, Aubreville alertava sobre o perigo do esgotamento associado ao modelo de colonização da região.

Ouvi dizer no Brasil que haveria nas florestas do Sul reservas de pinho para 100 anos de exploração. É possível, mas ninguém pode deixar de sentir a rapidez da destruição da floresta de Araucária por efeito dos trabalhos da colonização agrícola, que é uma terrível devastadora das terras virgens. [...]. A colonização em marcha deixa atrás de si capoeiras pobres ou pastagens. Ela prossegue, após estágios mais ou

⁸ A Conferência Latino-Americana de Florestas e Produtos Florestais foi realizada em Teresópolis, de 19 a 30 de abril de 1948 para considerar os problemas de florestas e dos produtos florestais. Nesta foi recomendada a criação do Instituto Latino-Americano de Ciências Florestais pela Subcomissão sobre Florestas Inexploradas da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. FAO, sigla do inglês *Food and Agriculture Organization*). A partir desta conferência foi recomendado também que os países Latino Americanos criassem serviços florestais e estações experimentais distribuídas nos seus territórios, a fim de aprimorar a pesquisa e o conhecimento das espécies florestais com potencial de produção, sua economia, crescimento e técnicas de manejo. A partir das recomendações, a FAO contratou estudo para localização de curso de Engenharia Florestal pioneiro na América Latina, onde houve zoneamento em 7 regiões em função da localização de florestas nativas, inicialmente contemplados no Chile, Argentina e Colômbia (Almeida, 2023. p. 13-14).

menos longos, sempre à procura de novas florestas primitivas. (Aubreville, 1949; Apud Nodari, 2018).

A paisagem do planalto foi remodelada intensamente por dois séculos, onde se priorizava a criação de animais e a plantação de grãos às expensas de suas matas originais. Brandt (2018) salienta que com o aumento do setor madeireiro nos anos de 1950 e início de 1960, passaram a surgir os primeiros sinais de esgotamento florestal. O esgotamento deixou poucas opções aos colonos que antes se aproveitavam da floresta: buscar por novas áreas de derrubada, derrubar árvores menores, muitas delas com 20 ou 30 centímetros. A saída para o setor madeireiro, por sua vez, foi o cultivo de espécies exóticas, como o Pinus (*Pinus elliottii*) e o Eucalipto (*Eucalyptus*), que também passaram a ser fontes de renda para os pecuaristas. Entretanto, o cultivo em formações densas, com poucos espaços entre as árvores acabou gerando impactos negativos para a vegetação nativa, como a inexistência de biodiversidade, a menor disponibilidade dos recursos hídricos, uma vez que estas espécies consomem grande quantidade de água.

2.5. A PROTEÇÃO OFICIAL E DA SOCIEDADE CIVIL DAS MATAS DE ARAUCÁRIAS

Decorrente do seu desaparecimento, a Araucária consta na Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção, conforme Portaria MMA nº 243, de 17 de dezembro de 2014, junto com outras espécies importantes que ocorrem na Floresta Ombrófila Mista, como a imbuia (*Ocotea porosa*) e a canela-sassafrás (*Ocotea odorifera*). Atualmente essa formação é protegida pela Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que visa a proteção, regeneração, conservação e utilização do bioma Mata Atlântica e formações de florestas e ecossistemas associados. Com respeito à Araucária em si, até o momento (2023), existem somente Leis estaduais que visam a conservação e o incentivo ao manejo responsável da mata de araucárias. Estas leis se encontram em Minas Gerais – Decreto Estadual nº 46.602, de 19 de setembro de 2014 – onde o governo estadual decreta que é de interesse comum a preservação permanente do pinheiro-brasileiro e torna imune de corte os remanescentes de vegetação nativa primária e secundária no território. No Paraná - Lei estadual 20.223, de 2020

– que define regras de estímulo, plantio e exploração da Araucária, com garantias para o produtor colher as árvores plantadas. No Rio Grande do Sul – Lei nº 9.519, de 21 de janeiro de 1992, art. 14 – proíbe o abate de araucárias em floresta nativa com diâmetro inferior a quarenta centímetros à altura de 1,30 metro do solo. Em Santa Catarina, pela Lei nº 18.350, de 27 de janeiro de 2022, Capítulo VII – que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e dentro deste o Projeto Conservacionista da Araucária (PCA), que visa a reversão do processo de extinção da espécie.

Existem ainda três parques para proteção de pequenas áreas de araucárias: um de responsabilidade federal, o Parque Nacional das Araucárias (Parna), que foi decretado no ano de 2005, com 12.841 hectares, localizado na região oeste de Santa Catarina, e gestado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Os outros dois parques são de responsabilidade estadual, sendo eles o Parque Estadual das Araucárias de Santa Catarina, que foi decretado em 2003, com a menor área comparado aos outros dois, 612 hectares, e gestado pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA); e o Parque Estadual das Araucárias do Paraná, decretado em 1998, com 1.052,13 hectares, gestado pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP/SEMA). Além destes existe ainda a Reserva Biológica das Araucárias (REBIO), localizada no Paraná, decretada em 2006 de responsabilidade federal, que possui a maior área remanescente de floresta com araucárias, 14.919,00 hectares (ISA, 2023).

Também existem atualmente organizações sem fins lucrativos advindas da iniciativa privada, como a Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi), criada em 1987. Como consta na *website* da organização, seu objetivo é: “Defender, preservar e recuperar o meio ambiente e os seus valores culturais, buscando a sustentabilidade em todas as dimensões e a melhoria da qualidade de vida na Mata Atlântica e outros biomas” (Apremavi, 2023). Outra iniciativa privada para proteção das araucárias é a Araucária+ (Araucária mais), idealizada pela Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza e Fundação CERTI, que se propõem a realizar a “inclusão socioeconômica de proprietários de áreas naturais em cadeias produtivas inovadoras, tendo como base espécies nativas não madeiras dessa floresta, como a erva-mate (*Ilex paraguariensis*) e o pinhão – que é a semente da araucária (*Araucaria angustifolia*)” (Araucária+, 2022).

Ademais, os indígenas têm se mobilizado para a defesa e proteção das araucárias. Em 2015 foi fundada a Associação Socioambiental Indígena Kaingang e Guarani (ASAIKG), que

possui como objetivo lutar pela autonomia da população Kaingang na Terra Indígena Mangueirinha (TIM), além de dar continuidade à preservação da floresta de araucárias. A Terra Indígena Mangueirinha, localizada no sudoeste do Paraná, segundo Branco (2021, p.30), pertence ao antigo território Kaingang, e hoje abriga indígenas Kaingang e Guarani. Atualmente a TI Mangueirinha possui uma das maiores áreas florestais do sul do Brasil, com quase 90% de área de floresta com Araucárias, sendo considerada a maior reserva de araucárias do mundo (Neres, 2021). Porém, comparado ao seu território original, o tamanho do território nos dias de hoje é bastante reduzido, e cercado por monoculturas de pastos, grãos, eucaliptos e pinus, devido a ocupação das florestas e campos por empresas colonizadoras. Os cursos de águas que antes passavam pelo território foram aterrados e envenenados pelo uso de agrotóxicos e outros químicos nas plantações.

A ASAIKG tem projetos como patrulha ambiental, que visa proteger o território de incêndios, fiscalizar desmatamentos e invasões na terra, além da produção de mudas nativas como a de araucária e de erva-mate, com o intuito de povoar a floresta, visando sua saúde e a conexão com um processo milenar e ancestral. Por conseguinte, a associação acaba promovendo o fornecimento de uma renda para as famílias que vivem da extração da erva-mate, da venda do pinhão e do artesanato (Branco, 2021).

2.6. AS FLORESTAS DE ARAUCÁRIAS E A PRODUÇÃO DE SUAS PESQUISAS

Estudos na área das ciências biológicas, particularmente na botânica, focam na compreensão da composição das camadas vegetais da floresta de araucárias, explorando os processos de reprodução e proliferação. Esses trabalhos indicam que a expansão desse bioma abrange extensas áreas, impulsionada pela polinização, formação de sementes e sua subsequente dispersão, influenciada tanto por eventos climáticos quanto por interações com animais (Conte & Rossa-Feres, 2007; Zenette, et al, 2017). Esta distribuição através da fauna pode ser exemplificada com a cutia (*Dasyprocta azarae*), que é grande apreciadora do pinhão, e possui costume de enterrar as sementes, os pinhões, para comer posteriormente. A gralha-azul (*Cyanocorax caeruleus*) é, também, considerada um dos principais dispersores da araucária, bem como aves como a gralha-picaça (*Cyanocorax chrysops*) e o papagaio-de-peito-roxo (*Amazona vinacea*), que também são responsáveis por enterrar o pinhão para consumirem depois, e ao perderem o local onde enterraram o pinhão acabava por

funcionar como um agente dispersor (Carvalho, 2003). Além da dispersão por animais, indicam também que com o fim da glaciação, a expansão da Floresta Ombrófila Mista no planalto do Sul do Brasil, está relacionada ao aumento da umidade na região. As chuvas bem distribuídas e as estações de seca mais curtas possibilitaram que as florestas de araucárias se expandissem sobre as áreas de vegetação (Ferri, 2019; Solórzano-Filho, 1999; Bertoldo, Paisani & Oliveira, 2014).

Entretanto, pesquisas arqueológicas acerca da formação das Florestas de Araucárias passaram a ser desenvolvidas ao final do século XX. As pesquisas antropológicas no planalto meridional Brasileiro, também tiveram início no século XX, datando do início da década de 1960. Estas pesquisas eram vinculadas ao Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa, 1965-1970) (Copé, 2015). O programa foi desenvolvido pelos arqueólogos norte americanos Clifford Evans e Betty Meggers, e montado em colaboração com o, então, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a *Smithsonian Institution*, instituição norte americana, no ano de 1965 (Santi, et al. 2003). O Pronapa foi fundado no Brasil com a proposta de envolver onze pesquisadores de nove estados do Brasil⁹, a fim de criar uma “cronologia relativa à ocupação pré-européia do Brasil e o reconhecimento de filiações culturais entre sítios e regiões” (Santi, et al. 2003, p.3). De acordo com Simões (1977) tinha como finalidade principal melhorar a documentação e pesquisa dos estados da faixa costeira, incluindo Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Santi et al (2003) explicam que essa melhoria de documentação aconteceria através da coleta de artefatos em grande quantidade, que viriam a ser armazenados em museus, constituindo a *corpora*¹⁰.

O Programa pesquisou mais de 1500 sítios arqueológicos e identificou quase 200 fases e três tradições¹¹ arqueológicas, entre outras evidências que forneceram uma perspectiva global do desenvolvimento cultural dessa região (Simões, 1977). Como menciona Copé (2015), as três tradições arqueológicas identificadas nos estados meridionais brasileiros - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - eram caracterizadas por ocupações pré-coloniais

⁹ Na região sul: José Brochado no Rio Grande do Sul, Igor Chmyz e Wilson Rauth no Paraná e em Santa Catarina por Walter Piazza. Na região Sudeste: Silvia Maranca em São Paulo, Ondemar Dias no Rio de Janeiro e Minas Gerais e Celso Perota no Espírito Santo. No Nordeste, por Valentim Calderón na Bahia e Nassao Nasser no Rio Grande do Norte. (Santi, et al. 2003)

¹⁰ Conjunto de documentos que servem de base para a descrição ou o estudo de um fenômeno.

¹¹ Fase e Tradição arqueológica é identificada quando uma classe de material, como a cerâmica, por exemplo, é produzida por um povo segundo técnicas de confecção que se repetem seja na mistura da pasta, na maneira de dar forma e queimar os objetos, no uso de padrões de decoração similares e em que a própria cerâmica se integra num contexto também repetido que atinge desde escolha dos ambientes para moradia, à produção dos alimentos e aos costumes funerários, sistemas de construção, etc. Ou seja, onde as evidências do acervo material refletem sistemas de vida regidos pela repetição dos atributos culturais, independentemente dos locais e do tempo em que tais povos se deslocam. Os padrões de ancestralidade regem a produção material dos artefatos (Dias, 2023).

produtoras de um tipo de cerâmica, composta de potes e tigelas com decorações variadas, e que estariam presentes nessa região desde o século II d.c. até o período colonial, momento em que passaram a ser relacionadas com sociedades indígenas ligadas ao tronco linguístico Jê (p.149).

Copé (2015) recorda que, com o fim do Pronapa, em 1970 - como era previsto desde sua formação - se deu início à construção da hidrelétrica localizada no Rio Pelotas, na década de 1980, que faz divisa entre os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Tal construção demandou um grande trabalho de escavação no planalto, levantando novos resultados e questões pertinentes sobre a espacialidade do sítio, que veio a confirmar a necessidade de aprofundar as pesquisas na região. Após esse trabalho, poucos avanços foram feitos até o final dos anos 1990, quando foram retomadas as pesquisas no campo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Tais investigações motivaram a pesquisa sobre os povos indígenas da região sul, e entre elas o papel Kaingang na formação da Floresta de Araucárias, demonstrando que a ampliação desse ecossistema e a proliferação das araucárias teriam como fator crucial a ação humana, especialmente atribuída aos povos Jê Meridionais (Branco, 2021; Copé, 2015; Fausto, 2002; Haverroth, 1997; Silva, 2002; Veiga, 2003.), como abordaremos na próxima seção.

Além da arqueologia na região, há também uma notável diversidade em pesquisa de outras áreas de estudo que se interessem na formação da Floresta Ombrófila Mista. O campo da geografia tem começado a estudar a relação das matas de araucárias com as comunidades humanas. Estudos como os de Kubiak et al (2021), Sahr, (2008) e Hauresko et al. (2017) têm se dedicado a analisar seus fragmentos florestais e os relacionamentos deste ambiente com as comunidades tradicionais, através de métodos como amostragem de fauna e coleta de amostras do solo. No campo da História autores como Sanquetta, Côte & Einfeld (2003) e De Sá, Nodari & Gerhardt (2023) têm se proposto a analisar seu processo de desmatamento, contrapondo estudos previamente realizados por áreas de conhecimento como a engenharia agrônoma, que identificaram as áreas de distribuição da Floresta de Araucárias com o processo de desenvolvimento econômico na região. Na mesma área de conhecimento, autores como Brandt & Nodari (2011), Sanquetta, Côte & Einfeld (2003) têm se dedicado a investigar o surgimento e o papel das comunidades e povos tradicionais e originários na concepção e conservação da Mata de Araucárias.

2.7. AS MATAS DE ARAUCÁRIAS E OS POVOS JÊ MERIDIONAIS

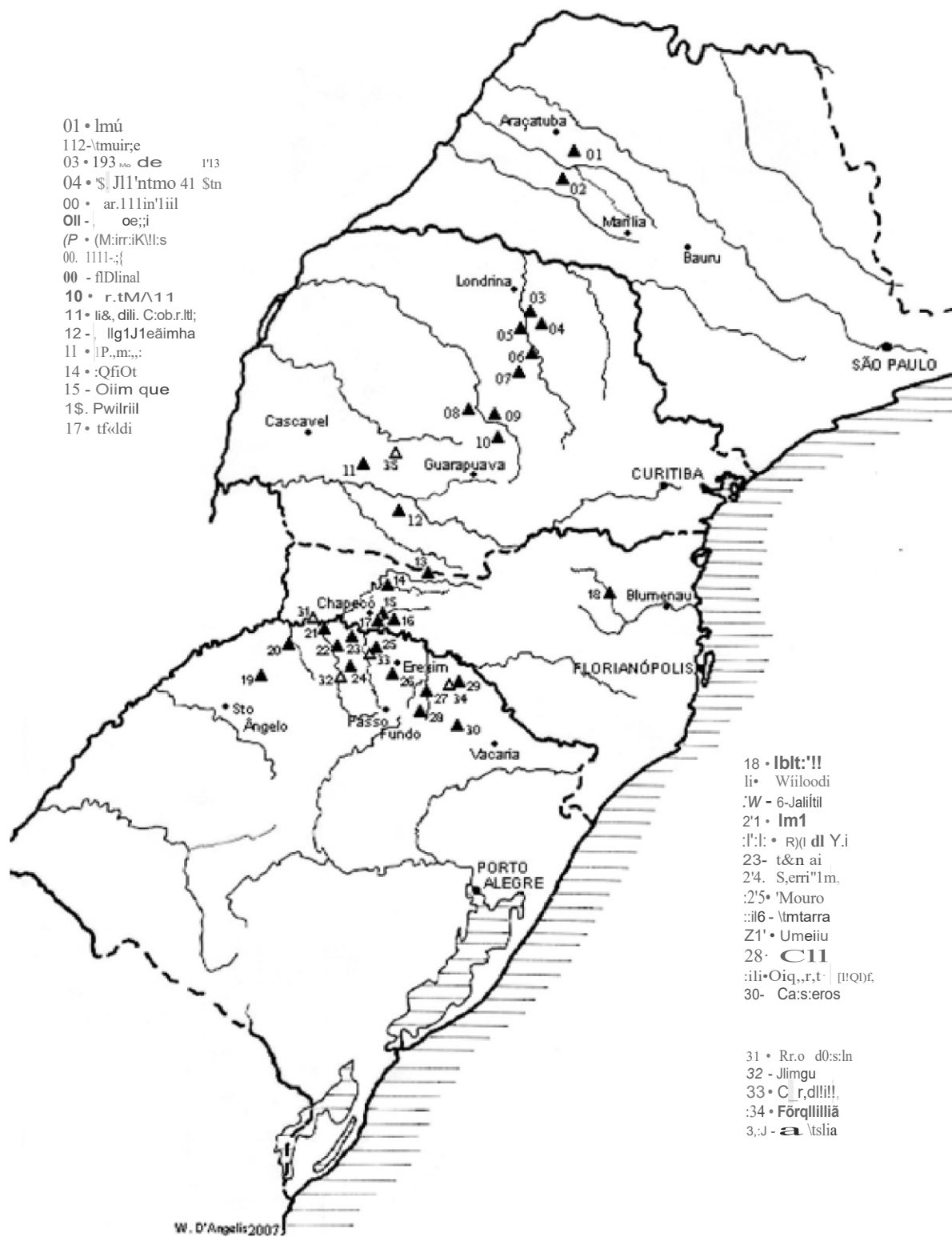
Na Região Sul do país os povos que compõem o quadro étnico indígena descendem de troncos linguísticos diferentes. Do tronco Tupi, estão presentes na Região Sul os povos Guarani, que também podem ser localizados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Tocantins e Pará, contabilizando um contingente populacional de 85.255 (Mapa Guarani Continental, 2016) indígenas Guarani no Brasil, divididos em quatro subgrupos, como Mbya, Ñandeva, Avá-Guarani e Kaiowá (FUNAI, 2008). Os Guarani também são encontrados fora do território brasileiro, como na Argentina, na Bolívia e no Paraguai. Os subgrupos Guarani existentes no Brasil – Mbya, Ñandeva, Avá-Guarani e Kaiowá - possuem diferenças nas formas linguísticas, costumes, práticas ritualísticas e organização política e social, mas que não serão aprofundados ao longo deste trabalho.

Além dos povos Guarani também se encontram povos do tronco linguístico Macro-Jê, entre os quais os Laklãnõ-Xokleng e os Kaingang. Os Laklãnõ-Xokleng conformam um contingente populacional de 2153 pessoas (Siasi/Sesai, 2020). O primeiro contato entre Laklãnõ-Xokleng e não-indígenas ocorreu em 1914, no Alto Vale do Itajaí, evento que marcou o início da denominada “pacificação”. O professor Silvio Coelho dos Santos (1973), por sua vez, informa que este povo praticava agricultura em áreas do planalto e que, devido à dinâmica colonial, teriam adotado a caça e a coleta como principal forma de subsistência, com uma movimentação sazonal por um amplo território.

O povo Kaingang, por sua vez, constitui o terceiro contingente indígena mais populoso do país. De acordo com os dados do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI) (2014), os Kaingang atualmente contabilizam 45.620 pessoas, que ocupam cinquenta e oito Terras Indígenas, espalhadas pelos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, bem como acampamentos em centros urbanos. Os Kaingang representam mais de 40% do total de povos do grupo linguístico Jê (Veiga, 2003).

Figura 5: Mapa da distribuição das Terras Indígenas Kaingang

ÁREAS KAINGANG



Fonte: Funai 2000, ISA 2001.

A organização social dos Kaingang possui um sistema cosmológico dualista, baseado na história dos dois heróis *Kamé* e *Kairu*, que teriam dado início a este povo. Deste olhar, o cosmo é dividido em duas singularidades opostas e complementares, em que se baseiam as relações cosmo-ontológicas dessa sociedade (Branco, 2021; Nimuendaju, 1993; Veiga 1994, 2000; Baldus, 1937, 1947). A expressão social mais forte dessa concepção dualista está presente no princípio da exogamia¹² entre as metades. Segundo a tradição Kaingang, os casamentos devem ser realizados entre os indivíduos de metades opostas, e os descendentes destes casamentos devem receber a filiação da metade paterna. Entretanto, apesar do padrão patrilinear de descendência, a forma de residência entre os Kaingang é matrilocal – após o casamento o marido passa a morar com a família da esposa (Sagás, 2016; Shild, 2016). Na imagem abaixo é possível observar os grafismos que diferenciam as duas metades.

Figura 6: Grafismos Kaingang



Fonte: Bueno, Dorneles e Dill. (2020)

De acordo com Veiga (2000), não existem dados exatos que indiquem o período de constituição e da ocupação territorial do povo Kaingang, porém sabe-se que suas aldeias se localizavam dentro das terras de araucárias. De acordo com autores, os estudos arqueológicos

¹² Exogamia refere-se ao casamento entre membros de diferentes categorias, classes ou grupos

apresentam o surgimento Jê com datações entre 8.670 e 5.970 AP, relacionados aos grupos de caçadores e coletores que viviam ao longo das barrancas do Rio Uruguai, localização que hoje faz divisa com os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A presença de vestígios arqueológicos, identificados como “cultura alto paranaense” na região, é relacionada ao que foi encontrado em campos arqueológicos em Misiones, Argentina, grupos que ainda não possuíam cerâmica e nem agricultura. Segundo Veiga (2000), tais achados dizem respeito a casas subterrâneas e a túmulos circulares, com fossas e valas, aspectos característicos presentes nas construções da cultura Jê-Meridional, atestada nos séculos XIX e XX.

Segundo a autora, na chegada dos europeus o povo Kaingang já teria passado pela introdução da agricultura, e a antiguidade das práticas agrícolas teria sido atestada pelo bandeirante Telêmaco Borba¹³ (1908), que recolheu, entre os indígenas Kaingang do Rio Tibagi (PR) no final do século XIX, o mito de origem da agricultura. O mito foi coletado por Borba (1908) quando ele se encontrava junto aos *Kaingang* da região Norte do atual Estado do Paraná, no ano de 1865, quando assumiu a administração do Aldeamento de São Jerônimo. No decorrer daquele trabalho administrativo, Borba coletou junto aos indígenas registros de padrões sociais e culturais, que viriam a ocupar uma posição fundamental no desenvolvimento futuro de pesquisa sobre os povos indígenas do Paraná, uma vez que forneceu informações essenciais para orientar as investigações no campo da etnologia indígena no Paraná, e até os dias de hoje suas contribuições são utilizadas amplamente.

De acordo com esse mito, que reproduzo abaixo, a agricultura entre os Kaingang teria sido adquirida através do sacrifício de um ancião chamado Nhara – a mesma palavra do dialeto Kaingang que designa o milho. Nesta versão, o milho, a moranga e o feijão teriam brotado do corpo de Nhara, os principais produtos cultivados nas roças Kaingang.

Meus antepassados alimentavam-se de frutos e mel. Quando estes faltavam, sofriam fome. Um velho de cabelos brancos, de nome Nhara, ficou com dó deles. Um dia disse a seus filhos e genros que, com porretes, fizessem uma roçada nos taquarais e a queimassem. Feito isso, disse aos filhos que o conduzissem ao meio da roçada. Ali conduzido, sentou-se e disse aos filhos e genros: – Tragam cipós grossos. E tendo esses os trazido, disse o velho: – Agora vocês amarrem os cipós ao meu pescoço, [e] arrastem-me pela roça em todas as direções. Quando eu

¹³ Telêmaco Borba foi um militar, político, bandeirante, escritor e empreendedor brasileiro. Foi um autodidata, transformando-se no primeiro ‘etnógrafo’ paranaense, e foi também mencionado como geólogo e paleontólogo pelo escritor Reinhard Maack (Coraiola, 2003).

estiver morto, enterrem-me no centro dela e vão para os matos pelo espaço de três luas. Quando vocês voltarem, passado esse tempo, acharão a roça coberta de frutos que, plantados todos os anos, livrarão vocês da fome. Eles principiaram a chorar, dizendo que tal não fariam; mas, o velho lhes disse: – O que ordeno é para [o] bem de vocês; se não fizerem o que eu mando, viverão sofrendo e muitos morrerão de fome. E, de mais [a mais], eu já estou velho e cansado de viver. Então, com muito choro e grita, fizeram o que o velho mandou e foram para o mato comer frutas. Passadas as três luas, voltaram e encontraram a roça coberta de uma planta com espigas, que é o milho, feijão grande e morangas. Quando a roça esteve madura, chamaram todos os parentes e repartiram com eles as sementes. É por essa razão que temos o costume de plantar nossas roças e irmos comer frutas e caçar por três ou quatro luas. O milho é nosso, aqui da nossa terra; não foram os brancos que trouxeram da terra deles. Demos ao milho o nome de Nhara em lembrança do velho que tinha este nome, e que, com seu sacrifício, o produziu (BORBA, 1908, p. 23).

A partir do desenvolvimento das técnicas de agricultura e cultivo da araucária, o povo Kaingang se espalhou por um largo território ocupando vastas áreas que iam de São Paulo ao Sul do que é hoje o Brasil, como demonstrou Branco (2021), constituindo seu principal proliferador de suas matas, cuja relação fecundou uma das principais referências identitárias deste povo. De acordo com Branco (2021), depois de uma longa jornada ao longo do sudeste amazônico, os proto-Jê se estabeleceram ao norte do rio Paranapanema, ao sul do rio Uruguai, estendendo seus domínios do litoral atlântico ao rio Paraná, local em que deram início às formações da imensa mata de araucárias. Segundo o autor, até a chegada dos Jê na região o ambiente era constituído de extensos campos de clima seco. Branco explica que as antigas ocupações Kaingang eram casas subterrâneas, ocupadas por um grupo familiar, e no entorno destas desenvolviam-se araucárias em forma de extensos campos. O autor menciona ainda que os povos Jê desenvolveram práticas que permitiam a expansão das araucárias em áreas tão vastas, como o plantio de pinhões pelos caminhos de viagem entre os aldeamentos.

A constatação de ser o povo Kaingang um dos principais responsáveis pela proliferação da araucária por um vasto território no Sul também nos permite pensar a formação dessas matas no sentido atribuído por Balée (2008), como produto “cultural”, ou como as define, como uma “floresta cultural”, constituída a partir das ações e manejo desse povo sobre esse ambiente, que a cultivou por um largo território, como será explicado no próximo subcapítulo.

2.8. PAISAGENS, SOLOS E FLORESTAS CULTURAIS

Ao final de 1980, a partir dos inventários realizados em parcelas de florestas abandonadas por povos indígenas Ka'apor, Balée (1987) apresentou em seu livro “Florestas culturais da Amazônia” que cerca 11,8% das florestas de terra firme na Amazônia tiveram origem cultural, ou seja, resultaram da atuação humana sobre seu ambiente. Para Balée (2008), florestas como a Amazônia são de paisagens inseparáveis das culturas indígenas - que as habitam, visto que as culturas¹⁴ estão encravadas nestes ambientes antropogênicos, em termos de biota e diversidade. Desta maneira, seus estudos tinham como finalidade compreender as florestas como resultado de uma ação antropogênica, propondo que essas paisagens deveriam ser entendidas como conjuntos arqueológicos vivos, paisagens culturalmente modificadas. De acordo com Balée e Schaan (2021), inicialmente as evidências da construção humana das paisagens foram constatadas a partir de estudos de plantas domesticadas¹⁵, como a castanheira e a pupunha. Balée (1987) constatou que estas sementes se distribuem por áreas afastadas demais para serem transportadas por apenas animais, como as cutias, além de elas germinarem com maiores taxas de sucesso em roças em pousio do que em florestas maduras. Outra evidência das florestas culturais encontradas seria a presença e a distribuição de árvores, como as palmeiras, encontradas em grandes quantidades em ambientes onde os seres humanos impactam a paisagem (p. 58).

Dessa forma, os efeitos da interação humana nestes ambientes são analisados por Balée (1989) como transformações primárias e secundárias. A transformação primária da paisagem é a mudança completa, ou quase completa, na composição das espécies em um ambiente, através da construção de estruturas e até a reversão de rios. A transformação secundária da paisagem é uma alteração parcial da mesma, não resulta em uma transformação maciça, mas é vista em inúmeras florestas antropogênicas e culturais, quando comparadas a florestas que não sofreram esse tipo de interação (Balée, 1989; Balée & Schaan, 2021). É plausível de se conceber, portanto, que enquanto a agricultura intensiva possibilitou a existência de grandes populações na Amazônia, com modificações primárias, bolsões isolados

¹⁴ O autor conceitua “cultura” como atividades do aprendizado humano padronizadas e compartilhadas em grupos sociais, que afetam o ambiente ao seu redor, sua biodiversidade (pp. 48). E afirma que, a partir dessas alterações, sociedades indígenas moldaram ambientes com ricas manchas de recursos naturais úteis, aprimorando, em alguns casos, a diversidade de espécies (Balée 1987 e 2006).

¹⁵ A domesticação pode ser entendida como um processo intensivo de seleção e adaptação, que estabelece uma dependência intrínseca de algumas espécies como a atividade humana (Oliveira, 2016).

de agricultura de coivara¹⁶ poderiam ter contribuído para transformações secundárias da floresta ao longo do tempo. Isso significaria que pequenos grupos, como os Ka'apor, podem ter contribuído para a formação de florestas antrópicas na Amazônia (Balée 1989; 2008). Magalhães (2013) assinala que quando as relações com as plantas se intensificaram, as pessoas passaram a se tornar agentes dispersoras das sementes. Ao produzir alimentos em seus quintais e roças e manejar a fauna, estes povos domesticaram seus ambientes (Balée, 2013; Fuquim et al. 2021; Balée & Schaan, 2021; Moreira et al. 2021).

Da mesma maneira que sobre as florestas, as interferências humanas também causaram transformações na conformação dos solos, como no caso das chamadas Terras Pretas de Índio (TPI). Estes solos apresentam grandes quantidades de fragmentos de cerâmicas indígenas e outros dejetos orgânicos, parte na forma de carvão residual de fogueiras domésticas e da queima de vegetação para o uso agrícola do solo. O solo de coloração preta é resultante da deposição de cinzas, ossadas de peixes, conchas, dejetos humanos, resto de alimentos como frutas e verduras, entre outros compostos orgânicos. Por esse motivo o índice de fertilidade dessa porção de terra é consideravelmente mais alto que a maioria dos solos da região amazônica sem interferência humana, que geralmente são ácidos e pobres em nutrientes (Texeira; Kern; Madari; Lima, Woods. 2009). Grande parte das TPI estão localizadas próximas às margens de rios amazônicos, sendo utilizadas na arqueologia para estabelecer limites da área de atividade de ocupação humana. Esses sítios possuem majoritariamente entre 2 a 5 hectares de área. Entretanto é possível encontrar Terras que possuem áreas superiores a 100 ha em regiões como Santarém e Caxinuanã, no Pará e em regiões próximas a Manaus no Amazonas, como Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo. Em relação à espessura destas TP em grande maioria apresentam de 30 a 60cm de profundidade, podendo variar de 10 a 200 cm. As Terras Pretas possuem importante papel como demonstrativo de antigos locais de ocupação indígena (KERN, *et al*, 2009). Segundo Heckenberger (2007), nos sítios das aldeias pré-colombianas, as TPI eram concentradas em áreas centrais, próximas às casas e praças, porém, em outras áreas, os depósitos de resíduos eram em áreas afastadas das vias principais. A distribuição de TPI, assim como de zonas de vegetação e agricultura, é resultado histórico dos modos de vida xinguanos. Estas pesquisas conduzidas nas últimas décadas na Amazônia identificaram uma grande variabilidade e

¹⁶ Coivara - a derrubada de uma área de floresta primária ou de capoeira alta que, em seguida, é deixada para secar e depois é queimada. Nessas clareiras, são plantadas roças por um período de dois a três anos. Depois disso, são gradualmente abandonadas, sendo visitadas, apenas, para a coleta de frutos. Esse tipo de agricultura exige, também, a transferência contínua dos cultígenos de uma roça para a outra. Nesse sentido, fazer uma roça supõe estar inserido em uma rede de troca, fator essencial para a existência do sistema. (IPHAN, s.d.)

heterogeneidade em sua composição, indicando claramente que apesar da grande diversidade de suas espécies, resultam da ação humana sobre o seu meio. Balée (2013) caracteriza as terras pretas de índio como parte das “florestas culturais”, na medida que, sem a intervenção humana, não seria possível a presença destes ambientes.

Além dos casos das TPIs e das florestas Ka’apor, Balée (2008) também discorre sobre outros exemplos de transformações de paisagens, como os encontrados na Melanésia e Micronésia. Estas sociedades teriam alterado as paisagens terrestres e marítimas, que eram percebidas anteriormente como pristinas pelos europeus, através do desenvolvimento de tecnologias agrícolas. Além da alteração na paisagem, teriam desenvolvido técnicas de processamento de alimentos complexos, como a detoxificação das nozes de cicadáceas. Nesse caso, Balée traça paralelos com as transformações de paisagens pré-colombianas na Amazônia, onde também foi observado o desenvolvimento de tecnologias de processamento de alimentos, como a destoxificação da mandioca. Para Balée é possível ainda tomar como exemplo o manejo de cerrado pelos indígenas Kayapó, tais como os encontrados pelos estudos de Anderson & Posey (1985). Através do desenvolvimento do que os autores denominaram como “agricultura nômade a longo prazo”, que inclui o manejo das clareiras em florestas, margens de trilhas e afloramento de rochas, os autores demonstraram como os indígenas faziam com que suas aldeias ficassem localizadas ao centro da máxima diversidade de espécies. Balée (2008) também menciona as vastas florestas da Guiné, na África Tropical, que, segundo ele, igualmente se formaram ao longo da ocupação indígena no local, através da plantação e transplante de uma variedade de árvores frutíferas no local por grupos de caçadores e coletores.

As chamadas florestas antropogênicas passaram a ser estudadas por áreas de conhecimento, como a antropologia (Moran, 1993), a geografia (Denevan, 1992) ou biologia (Whitmore, 1990), de maneira a sustentar as alegações de que as populações amazônicas indígenas, antes da chegada dos colonizadores à América, eram mais numerosas do que se pensava anteriormente. Na área da arqueologia Silvia Copé (2015), define estes ambientes que se constituíram a partir da interação entre os seres humanos e a natureza como ‘paisagens culturais’. De acordo com a autora, o termo “paisagens culturais” abrange desde aspectos ecológicos, passando pela perspectiva histórica e a biodiversidade construída, até o futuro manejo dessa paisagem herdada (p. 150). Afirma que as paisagens culturais foram moldadas no passado e continuarão sendo moldadas, materialmente, através das intervenções antrópicas no ambiente, e imaterialmente, através da projeção de ideias e aspirações dos seres humanos.

Estas paisagens exibem em sua formação estruturas e histórias de uso, que remetem às suas origens e ao seu desenvolvimento.

Além destas áreas de conhecimento, também estudos mais recentes sobre as florestas culturais têm se desenvolvido em outras áreas de conhecimento, como as ciências agrárias (Vivan, 2008; Scarda, 2004) e a engenharia sanitária e ambiental (Primeri, 2008), com o intuito de compreender melhor os aspectos sobre as florestas antropogênicas e suas implicações para o manejo na fauna local (Scarda, 2004), bem como a classificação das plantas e suas espécies por parte das populações indígenas (Haverroth, 1997). Demonstram ainda que a seleção de culturas está associada a diferentes preferências, demandas utilitárias ou ainda ao gosto dos povos que as cultivaram (Carneiro da Cunha; Morim de Lima, 2017, apud Moreira et al. 2021).

Estes estudos desenvolvidos têm demonstrado que as paisagens antes concebidas como naturais, pristinas aos seres humanos, possuem em sua formação grande influência cultural, como produtos de interações humanas com o ambiente, gestadas sob uma cosmologia e política. Dessa mesma forma, a presença dos Kaingang na região Sul do País teria influenciado a composição de suas florestas, na medida que eles utilizavam as araucárias também como forma de delimitar seus territórios, como veremos melhor na próxima sessão. Demonstrando como esse ambiente possui uma série de significados para os povos que neles viviam, muito além da importância somente alimentar.

2.9. AS MATAS DE ARAUCÁRIA COMO FLORESTAS CULTURAIS KAINGANG

De acordo com Haverroth (1997), pode-se comparar à importância do pinhão para os Kaingang a da mandioca para os grupos indígenas amazônicos, em termos de importância alimentar, visto que, do fruto da araucária podem ser produzidos diversos tipos de comida que serviam como base alimentar Kaingang, além de alimentar animais de criação e de caça, da mesma maneira que a mandioca para os indígenas na Amazônia. Veiga (2000) afirma que os pinhões eram coletados pelos Kaingang de março a junho, e serviam como importante fonte de nutrientes durante o inverno, além de servir de alimento para as caças. Havia várias técnicas utilizadas para prover o seu consumo. Os pinhões, além de consumidos ao serem assados no fogo, eram transformados em farinha. Eles também podiam ser colocados de

molho nos poços gelados dos rios – dentro de cestos de taquara – e depois estendidos ao sol, o que lhes garantia um sabor azedo, chamados de *ðkór*. Segundo a autora, outra maneira de consumir o pinhão era através do *kyfê*, bebida tomada no jejum, feita a partir dos pinhões pré-cozidos e mastigados pelas mulheres Kaingang, e outras bebidas fermentadas (p. 38).

Além do uso da sua semente como alimento fundamental na dieta Kaingang, outras partes da araucária eram utilizadas no cotidiano. A casca da araucária, por exemplo, quando queimada, era utilizada para fazer pinturas clônicas. De acordo com Biazi e Padilha (2021), os grafismos produzidos com essa tintura servia de proteção, assim como forma de identificar a marca exogâmica *Kame*. Sua madeira pode ser utilizada na construção de moradias. Dela pode ser utilizado o nó que, como citado anteriormente, possui uma queima longa, em fogueiras de chão. O nó pode ser utilizado na confecção de ferramentas, como machados e foices, para esquentar o ferro.

A Araucária se faz presente na medicina Kaingang, podendo ser utilizada por completo em remédios caseiros. Como nos esclareceu o morador da Terra Indígena Foxá, localizada área urbana de Lajeado, município do Vale do Taquari (RS), em sua entrevista coletada por Lappe (2015, apud Hammes, 2022)

Então tem dentro do pinheiro lá em cima, aquilo lá serve pra remédio também. Eu quando tinha idade de cinco aninho, até a idade de nove ano, meu vô tratava eu só com broto do pinho. – É para alguma doença específica?

– Pra doença e crescimento. E nós nenhum é baixinho, todos altos. (pp. 162)

De acordo com Veiga (2000), a população Kaingang, antes da chegada dos colonizadores, possuía uma aldeia fixa, onde plantavam seus roçados e realizavam seus rituais. Porém durante a maior parte do ano circulavam pelo território, com o objetivo de procurar áreas melhores para pesca, coleta de frutos e mel, caça e a coleta de pinhões. As migrações dentro dos territórios Kaingang eram comuns, visto que os deslocamentos possibilitavam melhor exploração do território. Por onde passavam, como maneira de demarcar terra, era plantado o pinheiro, como menciona uma das lideranças indígenas ao ser entrevistado por Lappe & Laroque (2015) no Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul

A araucária ele por onde os Kaingang passam ele tem que deixa uma araucária plantado. E eu já deixei! Ali já tem [se referindo a Foxá]. Eu plantei 250 pés de araucária. Todas as araucárias que foram plantados ali eu fui buscar na minha terra. Então pra nós o araucária é um marco, aonde tinha araucária dentro do estado, vamos supor, não era em todos os lugar que tinha araucária nativa né, é o território dos Kaingang. Os Kaingang sempre defenderam as araucárias, porque a araucária

além de remédio ele é alimentação e bastante, com abundância que é a mistura das carne de caça. (p. 149)

O plantio de pinhões pelo caminho em rotas de comunicação, tinha como objetivo demarcar territórios, como afirmou Kretã Kaingang, liderança indígena, em entrevista coletada por Domingos e Fernandes (2022)

[...] se você juntar as pesquisas de hoje sobre a questão do território Kaingang, o território Kaingang ele foi demarcado através das araucárias, porque se você ver a história dos ancestrais Kaingang é a floresta que foi plantada por mãos humanas foram as araucárias, e foram os nossos ancestrais que plantaram. (pp. 364)

O pinhão também possuía a função de gerar alimento para as comunidades e para os animais de criação e de caça. Estas ações, somadas ao desenvolvimento de técnicas de preservação do pinhão, visavam garantir alimento para todos os indivíduos no decorrer do ano, estavam intrinsecamente associadas às práticas de manejo (Haverroth, 1997; Branco, 2021). Como explica Copé (2015), as florestas de araucárias se expandiram à medida que a paisagem foi sendo domesticada, ou seja, foi construída socialmente, através das práticas de manejo Kaingang, que promoveram o desenvolvimento de uma floresta/paisagem cultural (Copé, 2015). Neste sentido, Branco (2021) destaca que o desenvolvimento de práticas e manejo pelo povo Jê teve, portanto, papel fundamental na expansão das matas de araucárias. Assim, como estes vários autores têm destacado, o processo de ocupação Kaingang, por meio da coleta, plantio e do cultivo do pinhão, teve um papel essencial na conformação das matas de araucárias.

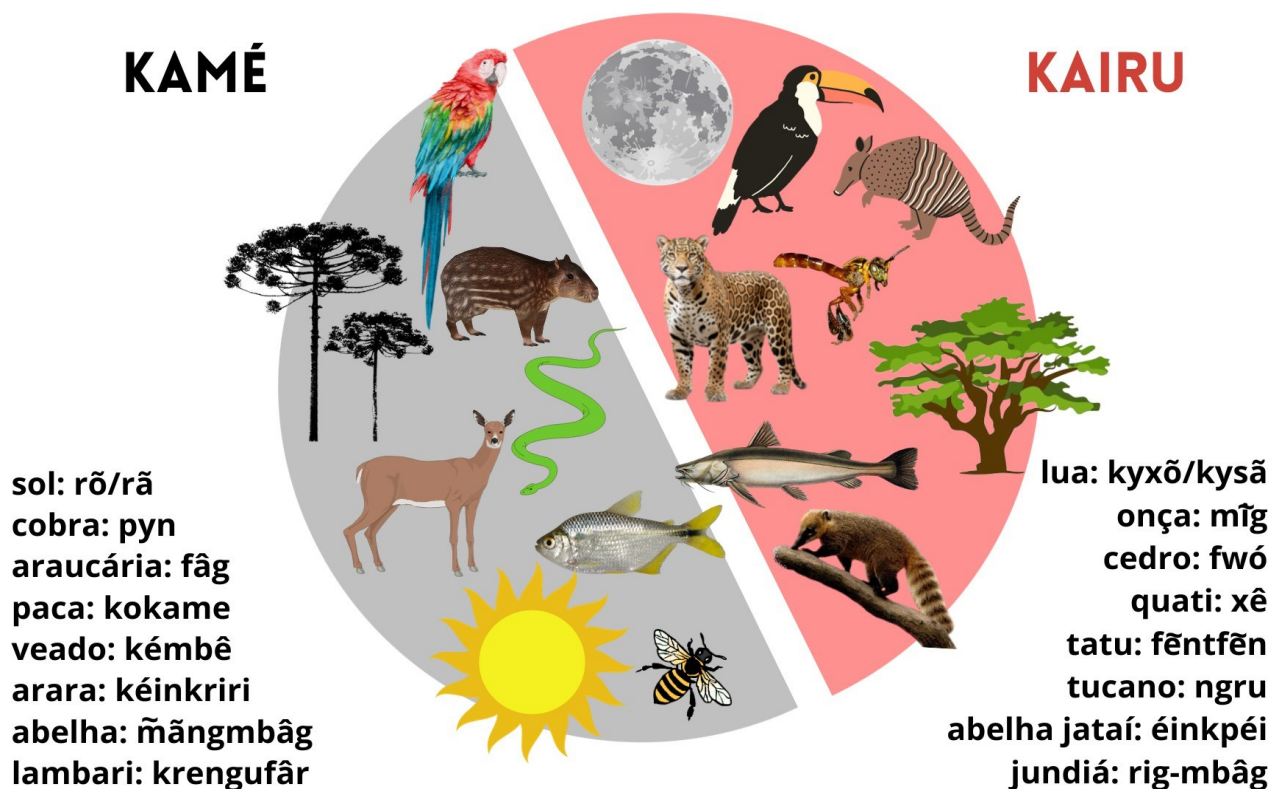
Através do cultivo dos pinhões em ambientes comunitários nos territórios percorridos e ocupados, as araucárias passaram a ser cada vez mais parte da cultura Kaingang. Consolidando-se como uma espécie essencial na alimentação, construção de moradia e uso ritualístico, as araucárias também se tornaram um ser membro do povo Kaingang – como veremos no próximo subcapítulo – interagindo e circulando saberes e compreensões cosmológicas dentro desse grupo social.

2.10. AS ARAUCÁRIAS E A COSMO-POLÍTICA KAINGANG

Como temos assinalado ao longo do texto, a importância das araucárias para os Kaingang vai muito além dos usos e manejos dos seus subprodutos como fonte de seus sustentos físicos, como o pinhão para consumo ou a madeira para a produção de moradia. As araucárias também são de suma importância para a cosmologia indígena Kaingang, que as concebe como seres que possuem o *tom*, um espírito que habita todos os indivíduos Kaingang, com características singulares para cada corpo (Branco, 2021).

De acordo com vários estudiosos do povo e da cultura Kaingang, a concepção da araucária enquanto indivíduo pode ser compreendida a partir da cosmologia Kaingang, que possui um sistema dualista, de duas metades, conforme mencionado anteriormente, bastante comum entre os povos Jê (Nimuendaju, 1993; Veiga 1994, 2000; Baldus, 1937, 1947). De acordo com Veiga (2000), para os Kaingang, o mundo é perfeitamente simétrico, e esse princípio formador do mundo é personificado nos dois heróis *Kamé* e *Kairu*, dois irmãos que protagonizam o mito de origem desse povo. Dessa divisão de mundo, a relação de troca entre as metades torna-se permanente. Branco (2021) explica que para os Kaingang os humanos, os animais, as plantas, os astros, e os eventos meteorológicos também estão escritos sob a mesma regra cosmológica, dual, oposta e complementar, como é possível observar na imagem abaixo.

Figura 7: Divisão da natureza de acordo com a cosmopolítica Kaingang



Fonte: produção própria com referência Bueno, Dorneles e Dill (2020).

De acordo com Baptista da Silva (2002), as relações entre as metades opostas, bem como a sua representação na natureza podem ser percebidas através do mito de origem, que conta a história do retorno dos irmãos *Kamé* e *Kayurukré* à terra, depois de uma grande inundação, e como estes deram origem ao povo Kaingang. Em seguida apresento a versão do mito também coletado por Borba no mesmo momento que a história de *Nhara*, que menciono na subdivisão 2.3.

Em tempos idos, houve uma grande inundação que foi submergindo toda a terra habitada por nossos antepassados. Só o cume da serra *Krinjimbé* emergia das águas. Os *Kaingangues*, *Kayurukrés* e *Kamés* nadavam em direção a ela levando na boca achas de lenha acesas. Os *Kayurukrés* e *Kamés*, cansados, afogaram-se; suas almas foram morar no centro da serra. Os *Kaingangues* e uns poucos *Kurutons*, alcançaram a custo o cume do *Krinjimbé*, onde ficaram, uns no solo, e outros, por exiguidade de local, seguros aos galhos das árvores; e ali passaram muitos dias sem que as águas baixassem e sem comer. Já esperavam morrer, quando ouviram o canto das saracuras que vinham carregando terra em cestos, lançando-a à água, que se retirava lentamente. Gritaram eles às saracuras que se apressassem, e estas assim o

fizeram, amiudando também o canto e convidando os patos a auxiliá-las. Em pouco tempo chegaram com a terra ao cume, formando como que um açude, por onde saíram os *Kaingangues* que estavam em terra. Os que estavam seguros aos galhos das árvores transformaram-se em macacos e os *Kurutons* em bugios. As saracuras vieram, com seu trabalho, do lado de onde o sol nasce; por isso nossas águas correm todas ao poente e vão todas ao grande Paraná. Depois que as águas secaram, os *Kaingangues* se estabeleceram nas imediações de *Krinjimbé*. Os *Kayurucrés* e *Kamés*, cujas almas tinham ido morar no centro da serra, principiaram a abrir caminho pelo interior dela. Depois de muito trabalho chegaram a sair por duas veredas: pela aberta por *Kayurucré* brotou um lindo arroio, e era toda plana e sem pedras; eles conservado os pés pequenos. O mesmo não aconteceu a *Kamé*, que abriu sua vereda por terreno pedregoso, machucando – ele e os seus – os pés, que incharam na marcha, conservando por isso grandes pés até hoje. Pelo caminho que [os *Kamés*] abriram não brotou água e, pela sede, tiveram de pedi-la a *Kayurucré*, que consentiu que a bebessem quando necessitassem.

Quando saíram da serra mandaram os *Kurutons* para trazer os cestos e cabaças que tinham deixado embaixo. Estes, porém, por preguiça de tornar a subir, ficaram ali e nunca mais se reuniram aos *Kaingang*: por esta razão, nós, quando os encontramos, os pegamos como nossos escravos fugidos que são. Na noite posterior à saída da serra, atearam fogo e com a cinza e carvão fizeram tigres (*ming*), e disseram a eles: –Vão comer gente e caça. E os tigres foram-se rugindo. Como não tinham mais carvão para pintar, só com a cinza fizeram as antas (*oyoro*), e disseram: –Vão comer caça. Estas, porém, não tinham saído com os ouvidos perfeitos, e por esse motivo não ouviram a ordem; perguntaram de novo o que deviam fazer. *Kayurucré*, que já fazia outro animal, disse-lhes gritando e com maus modos: – Vão comer folha e ramos de árvore; desta vez elas, ouvindo, se foram: eis a razão porque as antas só comem folhas, ramos de árvores e frutas. *Kayurucré* estava fazendo outro animal; faltava ainda, a este, os dentes, língua e algumas unhas, quando principiou a amanhecer. E, como de dia não tinha poder para fazê-lo, pôs-lhe [no animal] às pressas uma varinha fina na boca e disse-lhe: – Você, como não tem dente, viva comendo formiga. Eis o motivo por que o tamanduá (*ioty*), é um animal inacabado e imperfeito.

Na noite seguinte continuou e fez muitos animais, e entre eles as abelhas boas. Ao tempo que *Kayurucré* fazia esses animais, *Kamé* fazia outros para os combater: fez os leões americanos (*ming-koxon*), as cobras venenosas e as vespas. Depois de concluído esse trabalho, marcharam a reunir-se aos *Kaingang*. Viram [então] que os tigres eram maus e comiam muita gente. Então, na passagem de um rio fundo, fizeram uma ponte de um tronco de árvore e, depois de todos passarem, *Kayurucré* disse a um dos de *Kamé* que quando os tigres estivessem na ponte puxasse esta com força, afim de que eles caíssem na água e morressem. Assim o fez o de *Kamé*, mas, dos tigres, uns caíram na água e mergulharam, outros saltaram ao barranco, segurando-se com as unhas. O de *Kamé* quis atirá-los de novo ao rio, mas como os tigres rugiam e mostravam os dentes, tomou-se de medo e os deixou sair. Eis porque existem tigres em terra e nas águas. Chegaram a um campo grande, reuniram-se aos *Kaingangues* e deliberaram casar os moços e as moças. Casaram primeiro os *Kayurucrés* com as filhas dos *Kamés*, estes com as daqueles, e como ainda sobravam homens, casaram-nos com as filhas dos *Kaingang*.

Daí vem que *Kayurucrés*, *Kamés* e *Kaingang* são parentes e amigos. (Borba, 1906. pp. 20-27)

Nesta versão do mito, os gêmeos ancestrais estão em relação de oposição e complementaridade, no sentido de que existe uma relação de interdependência entre as duas partes, visto que essa relação entre os opostos está muito presente na organização política e familiar Kaingang. Baptista da Silva (2002) assinala que esse dualismo se manifesta abrangendo todo o cosmo Kaingang, incluindo no âmbito da natureza, das relações, da organização social e ritual, das determinações de papéis sociais, e até mesmo as definições sobre as características físicas, emocionais e psicológicas. É possível observar essa relação no trecho que indica o retorno dos *Kayurucrés* e *Kamés* através de duas veredas. A aberta por *Kayurucrê* “brotou um lindo arroio, e era toda plana e sem pedras; daí vem terem eles conservado os pés pequenos”; Baptista da Silva (2002) completa ainda que os *Kayurucrés* possuem um corpo fino, peludo, são mais frágeis que os *Kamé*. Por outro lado, *Kamé* abriu sua vereda por terreno pedregoso, machucando – ele e os seus pés, que incharam na marcha, conservando por isso grandes pés até hoje”. Sobre os *Kamé*, Baptista da Silva (2002) descreve como símbolos da força e poder, possuem pés grandes e o corpo grosso, possuem temperamento feroz. A araucária, o pinheiro, pertence a essa metade, por ser uma árvore forte e poderosa, como os indivíduos *Kamé*.

Como nos lembravam Biazi & Padilha (2021),

A araucária faz parte da nossa história de origem Kaingang, sua importância percorre todos os espaços onde ela se faz presente, pertence a marca exogâmica *Kamē* (...) O processo de retirada do pinheiro faz parte da nossa cosmologia e espiritualidade, pois a mata e todos os seres possuem vida e marca exogâmica, e assim, o pinheiro antes de ser retirado o seu tronco, os pinhões, os brotos é pedido a permissão ao dono da mata, pois tudo que tem marca possui espírito os *Vēnhkuprĩ*¹⁷(pp.202-203).

A presença da araucária na cosmologia Kaingang pode ser observada no costume de enterrar o umbigo da criança recém-nascida. Essa prática faz parte fundamental do parto para as mulheres Kaingang (Sagás, 2016; Shild, 2016; Nascimento, 2017; Lappe & Laroque, 2015). Quando do nascimento da criança, depois que o pai da criança corta o cordão umbilical com um fio de taquara, o umbigo será plantado juntamente com a placenta. O destino destes são pontos importantes da vida dos recém-nascidos, pois são medidas simbólicas de proteção e precaução contra doenças. Nascimento (2017) menciona em sua pesquisa que a árvore debaixo da qual será enterrado o umbigo do recém-nascido influencia fortemente a

¹⁷ A palavra *Vēnhkuprĩ*, em Kaingang, se refere aos espíritos, almas dos antepassados (Biazi & Padilha, 2021).

personalidade e, por consequência, a sua vida. Sacchi (1999) menciona que na TI Mangueirinha “o enterramento do umbigo embaixo de uma pedra ou colocado dentro do pinheiro, ambos os cuidados servem para dar longevidade, para a criança crescer forte, viver muito bem”. Já Shild (2016) relata que “A vó Joana plantava uma porção de pinhão para o nascimento de cada neto”.

Neste sentido, para os Kaingang, a floresta de araucária se constitui como um ambiente que não pressupõe a dicotomia entre natureza e sociedade, pois a relação da araucária está presente em relação direta com outros entes, como com as plantas, os animais, os espíritos, os mortos e, eventualmente, com os seres humanos (Branco, 2021; p. 72). Através de conexões com a cosmologia, concebe-se a organização social Kaingang, ou até mesmo noções de morte, como o ritual Kikikoi, que será apresentado no próximo item.

Para Branco (2021), as relações que os Kaingang têm com as araucárias podem ser compreendidas como parte da cosmo-política deste povo, uma vez que os caminhos que ligavam territórios Kaingang permitiam a formação de importantes redes, em que eram transportados não só humanos, mas também pinhões e conhecimentos que permitam a própria existência e a reprodução de seus valores e modos de vida. Uma vez que a floresta foi gestada pelas mãos Kaingang, resultante de diversas simbioses e cosmovisões, elas passaram a formar um habitat que permitia o convívio entre o ser humano a araucária e entre outras espécies, de maneira recíproca e cooperativa.

É no ambiente da floresta que o *Kujà* - o xamã Kaingang- se apresenta como agente essencial na luta por manter a cosmologia Kaingang viva, mesmo com os avanços da colonização ocidental (Branco, 2021). O *Kujà* possui o papel de ser a voz dos humanos e da floresta, mantendo todo o cosmos saudável. Neste sentido, a aliança cósmica entre humanos Kaingang e as araucárias extrapola as relações ambientais e materiais, ou seja, a araucária somente como provedora de alimento e de madeira. Como veremos no item seguinte, essa aliança se forma também no plano espiritual, como no ritual do Kiki, quando o corpo e o espírito desempenham os seus momentos mais importantes, como no corte da árvore e no processo de fermentação da bebida.

2.11. *KIKIKOI* – O SER ARAUCÁRIA NA RELAÇÃO COM A COSMOLOGIA KAINGANG

De acordo com Branco (2021), o *Kiki* ou *Kikikoi* é o ritual Kaingang em que os vivos e os recém-mortos comensalizam o *kiki*, uma bebida fermentada feita à base de mel e milho em algumas regiões, somente de mel e água em outras, preparada na época de amadurecimento do milho e do pinhão. Após o ritual do *Kikikoi*, as almas dos mortos passam por um caminho que os leva da terra ao mundo dos mortos, o *Numbé*, iniciando sua jornada a partir de seus túmulos. Durante o ritual, as marcas clônicas – *Kamé e Kairu* – são reafirmadas, fazendo menção às alianças dos irmãos heróis míticos, iniciadas na criação do mundo, e redefinindo os lugares dos vivos e dos mortos. O autor afirma ainda que, para além de sua importância espiritual, o ritual *Kikikoi* é um momento importante na sociabilidade Kaingang, pois reafirma as relações de oposição e complementaridade do cosmo dualista dessa sociedade.

Segundo Rogério Rosa (2005; apud Branco 2021), o *Kiki*, como um ritual fúnebre para os Kaingang, envolve o que os *Kujà* concebem como território em níveis xamânicos.

Os *kujà* concebem o território em três níveis xamânicos, sendo eles: o subterrâneo, onde se encontra o domínio *numbé*, a aldeia dos mortos; o *ga*, que é o plano terreno, onde se encontram os domínios da mata virgem, do espaço limpo e da casa; e o *kafá*, que é o mundo celestial. (Rosa 2005; apud. p. 95)

A araucária estabelece, nessa dinâmica, uma relação importante entre os níveis da terra e do mundo do alto. É de dentro da floresta que o *Kujà* se dirige para alcançar o mundo do alto, através de uma escada de araucária, estabelecendo fronteiras entre os níveis cósmicos (Branco 2021).

Tradicionalmente, de acordo com Veiga (2010), o ritual do *Kikikoi*, ou *Kiki* acontecia a cada ano ou a cada três anos. Ele representava a integração dos recém mortos no *Numbé*, através de uma festa que une todas as comunidades ligadas por laços de consanguinidade e afinidade, sendo, para os mortos recentes, a última refeição no mundo dos vivos (p. 224). De acordo com o rezador Kaingang entrevistado pela autora, o *Kiki* sempre acontecia na chegada do frio, na época em que os milhos amadurecem, os pinhões debulham e as colmeias estão cheias de mel. Naquele momento, as famílias saíam da aldeia principal e se espalhavam em acampamentos a fim de caçar, pescar e coletar, para depois retornarem às aldeias de origem para colher os produtos da roça e fazer os túmulos dos mortos.

Neste ritual, a araucária está presente na cosmologia como o ente que intermedia a troca de propriedades não visíveis entre os mundos, tornando-se uma escada para o *Kujà* em sua jornada entre os mundos, estabelecendo fronteiras entre os níveis cósmicos, como uma encruzilhada. De acordo com Branco (2021), no decorrer do ritual do *Kiki* ou *Kikikoi* as fronteiras entre o mundo espiritual e o mundo terreno são suspensas. Nele, os vivos e os recém-mortos comensalizam o *Kiki*. Ao final do ritual, os recém-mortos são encaminhados para o *numbé*, como sua morada definitiva. Neste momento, também as marcas clânicas são reafirmadas e são redefinidos os lugares dos mortos e dos vivos. Segundo Veiga (2000), durante a performance do *Kiki* são acesas três fogueiras em momentos diferentes:

No primeiro fogo, que inicia o *Kiki*, a complementaridade *Kamé* e *Kaiuru-kré* é desfeita momentaneamente com um fogo para cada metade, *Kamé* a oeste e *Kaiurukré* a leste (...)

No final do segundo fogo, é escolhida uma araucária que será sacrificada ritualisticamente. No momento da sua morte, os *kujà* de cada metade realizam orações para ela e, depois de morta e já posta ao chão, a parte mais grossa da araucária, onde ela foi cortada, próximo da raiz, é a seção superior do corpo, ou seja, o tronco e a cabeça da pessoa. A parte superior da árvore, o cume, é a seção inferior do corpo, compreendendo os pés. Nesse momento em que a araucária está deitada, também são proferidas orações e, em seguida, ela é transformada no *kōkēi*, o cocho onde será produzida a bebida, o *kiki*;

Após quatro semanas do segundo fogo e com o *kiki* pronto, é o momento de se reestabelecerem as alianças entre *Kamé* e *Kaiuru-kré*. No terceiro fogo, são esperados os convidados de outros *emã* (outras aldeias), que são recebidos com muita alegria por aqueles que são responsáveis pelo *Kiki*. Nesse momento, as marcas são restabelecidas, todos os participantes são pintados e se reconhecem pelas marcas. Há, também, uma diferenciação entre vivos e mortos, pois nessa etapa, os mortos são convidados a participarem, permitindo ao *kujà* diferenciar quem são os mortos entre os vivos. Os mortos não podem beber do *kiki* com os vivos e, quem estabelece a comensalidade com os mortos, são os *kujà* que bebem por eles.

Quando todos estão marcados, vão para o cemitério realizar o segundo sepultamento, levando cruzeiros para os mortos, para os quais está sendo realizada a festa. Os *Kamé* vão na frente, como acontece na criação do mundo, acompanhados, na sequência, pelos *Kaiuru-kré*. Ao chegarem no cemitério, realizam novas orações. Após essa etapa no cemitério, retornam para a fogueira, consumindo o *Kiki*. Mais danças e cantos são realizados até o fim do *Kiki*. Quando o cocho de pinheiro está vazio, ele é enterrado, convidando os mortos a seguirem a sua caminhada até o *numbé*. Terminado o *Kiki*, o tempo é atualizado e a aliança entre *Kamé* e *Kaiuru-kré* é novamente reafirmada, bem como as alianças entre grupos, ligados pelas alianças míticas.

(Apud Branco, 2021. P. 107)

A relação ser-humano e araucária no contexto do ritual *Kiki* pode ser apreendida com base na tese de Fausto (2002), que apresenta a noção de “comensalidade” para descrever o processo de caça e “*desagentização*”¹⁸ do ser caçado na Amazônia. Na tese, o autor afirma que, “para as ontologias ameríndias, a consciência e a intencionalidade não são atributos exclusivos aos humanos, mas também animais, vegetais e deuses podem ocupar o local de sujeito na sociedade” (Fausto, 2002, p. 9). Da mesma maneira, poderíamos perceber como ocorre a socialização entre Kaingangs e a araucária, pois, como afirmado anteriormente, a araucária ao mesmo tempo em que está presente enquanto ente político e espiritual, também possui marcas clônicas, e está para a sociedade Kaingang enquanto ser na categoria de irmão ou primo. Neste caso, a oposição fundamental não trata de ser ou não humano, mas sim do grau de parentesco.

A comensalidade, portanto, é um vetor de identificação não aplicável somente aos seres humanos, servindo para pensar a passagem de uma condição de parentesco a outra, de familiarização (Fausto, 2002. p. 15). Portanto, a caça, ou a coleta, deve ser produzida como comida, já que esta não se trata naturalmente de um objeto, é necessário “*desagentivá-lo*” para que possa ser comido (p. 16). Assim ocorre no *Kiki* ao escolher a araucária que será sacrificada em prol do ritual que precisa ser realizado. A araucária, antes parente, é morta ritualisticamente e rezada pelos *Kujàs* de cada clã, deixando de ser irmão ou primo e tornando-se assim o *kõkéi*, o cocho que receberá a bebida sagrada, tendo seu papel essencial para a ritualística de comensalidade entre vivos e mortos. Dando-se o término do ritual, o corpo da araucária é enterrado, convidando os mortos a seguirem juntos ao *numbé*. Branco (2021) menciona que, desse modo, a araucária torna-se a canoa que levará os espíritos ao *numbé*. Na imagem abaixo é possível observar o tronco da Araucária já transformado em *Kõkei*.

Figura 8: *Kõkei*, cocho feito a partir do tronco da araucária, onde é fermentado o *Kiki*

¹⁸ Fausto (2002) define “*desagentização*” como o trabalho de “reduzir um animal-sujeito a um objeto-inerente”. O autor traça a seguinte relação para exemplificar o fato na língua parakanã “uma caça morta antes do tratamento culinário é dita *temiara*, um termo formado pela agregação de um marcador de paciente a um marcador de agente. Após ser cozida, ela será dita *temi’oa*, onde o marcador de agente é substituído pelo verbo “comer” (‘o) e por um nominalizador não-agentivo.” (p. 16)



Fonte: Unochapecó, 2011 / Souza, 2011.

Ao passo que o ritual coloca em suspensão o tempo atual, relembrar o mito permite reconfigurar o presente. O *Kiki* se desdobra na cosmo-política Kaingang em dois sentidos: primeiro, reafirma a aliança mística entre os irmãos *Kamé* e *Kainru-kré* - personagens principais do mito de criação do mundo Kaingang; segundo, também se situa como um ponto de fuga Kaingang dentro dos processos históricos coloniais, como sua expressão máxima desse coletivo (Branco, 2021. p. 107).

Figura 9: Momento de reafirmação das alianças cosmo-políticas no ritual do *Kikikoi*.



Fonte: Povos Indígenas no Brasil / Foto: Vladimir Kozak, 1955.

Em seu texto, Veiga (2000) interpreta as cosmologias – a história de *Kamé* e *Kairu* e a história de *Nhara* – a partir do *Kikikoi*. Para a autora, o *Kikikoi* se relaciona com os mitos de destruição e reconstrução do mundo. Ao refazer os gestos e caminhos ancestrais o ritual recompõem a comunidade e reestrutura o mundo. O ritual acontece na época do amadurecimento dos plantios, milho e pinhão, o que remonta à morte de *Nhara*, que com seu sacrifício produziu o milho (Veiga, 2000). De acordo com Branco (2021), a araucária tem o papel central durante o *Kikikoi*, pois ela é morta ritualmente, e seu corpo é utilizado como recipiente da bebida *Kiki*, que é consumida durante a festa.

A araucária para os Kaingang, portanto, serve para o uso de seus subprodutos, como para o consumo do fruto, uso da madeira para fogo e construções, além do seu uso medicinal, mas, acima de tudo possui um papel essencial enquanto um ente cosmológico. Servindo como símbolo de uma identidade étnica, composta por seus valores políticos, culturais, alimentares e acima de tudo espirituais e cosmológicos. Portanto, para observar a araucária se faz

necessário perceber a dinâmica social que acontece através dela, e como seu papel nessa sociedade dá sentido à sua existência e aos saberes e tradições de conhecimentos que são produzidos a partir dela.

2.12. O SPI, A PROIBIÇÃO DO KIKIKOI E O DESAPARECIMENTO DAS ARAUCÁRIAS

A partir do contato com os agentes colonizadores, o *Kikikoi* foi um dos rituais Kaingang que sofreram com as restrições determinadas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), proibindo a prática na década de 1940 (Branco, 2021). Como bastante conhecido, as políticas indigenistas promovidas pelo SPI na época tinham como objetivo transformar os indígenas em trabalhadores rurais, através de um projeto civilizatório. Diante disto, a tutela era praticada no interior das terras, permitindo a instalação de postos indígenas nos aldeamentos (Gavério, 2018; Quintero & Maréchal, 2020). Como Benassi (2019) nos mostra, apesar de o SPI ter sido criado em 1910, a sua atuação junto aos Kaingang começou de forma mais efetiva a partir da década de 1940, no contexto das forças econômicas que avançam com a Marcha para o Oeste, incentivadas pelas políticas governamentais de Getúlio Vargas para desenvolvimento econômico do Oeste dos estados do Sul do Brasil. O avanço destas forças econômicas sobre a região, para implementação de uma agricultura intensiva, causou a destruição da maior parte das matas de araucárias, em grande parte utilizando a mão de obra indígena.

Como é de amplo conhecimento, o SPI tinha como função criar reservas indígenas, com a finalidade de aprisionar os Kaingangs no interior de seus limites, dominá-los, para, então, transformá-los em trabalhadores rurais (Santos, 2016). Neste sentido, visava também o fornecimento de mão de obra barata para trabalhar nas fazendas que iam se instalando em seu território, os forçando a trabalhar na derrubada das matas, e entre elas, das araucárias (Santos, 2016). Nesse sentido, o órgão indigenista tinha como finalidade integrá-los à sociedade nacional, ou, como assinalava Bringmann (2015), promover o que era considerado uma “passagem de um estado evolutivo a outro mais avançado do processo da humanidade” (apud. Benassi, 2018, p.79).

No contexto do SPI as práticas tradicionais eram vistas como um empecilho ao processo produtivo e de “integração” através da civilização, como menciona Benassi (2018).

A quantidade exagerada de trabalho forçado nas serrarias e nas fazendas, por exemplo, tornava inviável a dedicação ao cultivo das roças tradicionais. O ritual do *Kikikoi*, como também menciona o autor, era encarado como “incivilizado”, afirmando que promovia a beberagem e o alcoolismo. Decorrente dessa proibição deu-se início à perseguição dos líderes espirituais, de modo que estas práticas tradicionais passaram a ser resguardadas ao ambiente familiar. Práticas como o enterro do umbigo e a festa dos mortos fomentavam a relação Kaingang com as florestas de araucárias, com a terra e com as metades que compõem a organização política e cosmológica Kaingang, como foi apresentado acima. Estas práticas possuíam o papel de renovar a memória da história dos antepassados, refazendo os caminhos ancestrais e reafirmando as alianças das metades que compõem a cosmologia Kaingang e o território tradicional. A proibição destas práticas impedia a manutenção do vínculo entre os indígenas e as araucárias, afastando sua relação e por fim os obrigava a derrubar a floresta gestada por eles.

Com a tutela sobre os indígenas dentro das reservas, o Chefe de Posto, responsável pela Reserva Indígena, tinha como função designada manter os ‘índios’ por meio da ‘normatização’ e proteção, calhando uma constante proibição e repressão à realização de práticas ancestrais, como a mobilidade por um largo território tipicamente Kaingang. Os Postos Indígenas eram comandados por esses Chefes de Posto, que também tinham como função a organização e promoção do trabalho agrícola e pecuária. A estrutura e organização destes postos estabelecia que estes trabalhos deveriam promover a sua autossuficiência (Gavério, 2018. p. 35). Ao longo da década de 1970 a criação de serrarias e outras empresas não-indígenas dentro de postos passava a ser incentivada a partir do Programa de Desenvolvimento de Comunidade Indígena (PRODEC), que promoveu diversos projetos nos postos indígenas do Brasil, e entre eles o “Projeto Serraria”. De acordo com Almeida (2014), a receita dos patrimônios indígenas provinha, majoritariamente, de “rendas” mensais e/ou anuais obtidas a partir do arrendamento de terras, da serraria e das plantações de grãos. Portanto, por volta de 1973, a serraria do Posto Indígena Xapecó foi reformulada, com o auxílio do projeto, de maneira que o corte e a retirada dos pinheiros passasse a acontecer de maneira constante. Em entrevistas realizadas por Benassi (2018) em seu trabalho de campo, é mencionado pelos entrevistados que dentro destas serrarias a mão de obra, para a derrubada das araucárias, era exclusivamente indígena, e era trocada por casas em situações precárias e salários baixos. Assim que todos os pinheiros foram cortados as serrarias fecharam.

Estes postos eram comandados sob forte autoridade do Chefe de Posto, que para assegurar o seu poder de controle criava uma polícia indígena, encarregada de aplicar castigos sobre outros indígenas. De acordo com as entrevistas citadas por Benassi (2018), coletadas junto aos moradores do PI Inhacorá (RS), por exemplo, afirma que os mais velhos relatam a existência das polícias indígenas, que vigiavam os trabalhadores, armados com espingardas. Estes policiamentos deveriam atuar fiscalizando os trabalhos e no auxílio da divisão dos trabalhadores no território. Em casos de “infratores”, como fugas, furtos e recusas de trabalho, os indígenas eram punidos com prisões, práticas de tortura, como o uso do tronco¹⁹ e transferências forçadas para outros postos, como menciona Benassi (2018). É citado ainda o sistema disciplinador do “panelão”, esse sistema tratava de trabalho compulsório em troca de comida. Na imagem abaixo é possível observar a formação de policiais indígenas no PI Guarita (RS), em 1944.

Figura 10: Formação de policiais indígenas. PI Guarita (RS), SPI, 1944.



Fonte: Quitério & Marechal (2020)

¹⁹ Este instrumento de castigo é constituído por dois finos troncos de árvore fixos verticalmente sobre o solo à pequena distância e apresentando na sua extremidade inferior um entalhe destinado a receber os tornozelos do prisioneiro. Pela adaptação lateral de outros dois troncos, ficam os membros inferiores solidamente presos nesse entalhe. Os troncos são amarrados na sua extremidade superior, de maneira que o indivíduo não tem possibilidade de escapar e obrigado a permanecer deitado ou sentado sobre o solo (...) Sendo grave o crime, fica exposto ao sol, à chuva e ao relento. A alimentação do prisioneiro compete à sua própria família e quando não a tem, o capitão se encarrega de levar-lhe o alimento (Fernandes, 1941, p. 195).

De acordo com Quintero e Maréchal (2020), a implementação de escolas e postos de saúde também serviam como mecanismos de controle social e de transformação sociocultural, através de, por exemplo, da proibição da língua nativa e imposição do português em escolas dentro dos PI, além do forte incentivo à miscigenação. Dessa maneira foram negados aos indígenas Kaingang seus modos próprios de produção e reprodução sociocultural, fundamentados na relação com a floresta. O SPI valia-se do trabalho dos indígenas para o desmatamento da floresta de araucárias, para o comércio de madeira, como demonstra a figura 11. Esse trabalho forçado da população Kaingang os obrigava à desapropriação de suas relações que visavam o equilíbrio e manutenção social entre os Kaingang e a floresta (Quintero & Maréchal, 2020). Além disso, conforme esclarecem Quintero e Maréchal (2020), a apropriação das matas de araucárias deve ser compreendida para além da usurpação de bens materiais, abrangendo também a privação das possibilidades de reprodução de subjetividades vinculadas ao mundo cosmológico. Por meio da apropriação da terra e das próprias araucárias que cultivaram, os Kaingang foram despossuídos de suas conexões com elas, tanto em termos materiais quanto imateriais.

Figura 11: Crianças Kaingang trabalhando. PI Ligeiro, 1944.



Fonte: Quitério & Marechal (2020)

A derrubada das florestas era sinônimo de garantia de posse para a economia ocidental que avança sobre os territórios Kaingang, sendo assim, além das madeireiras que atuavam fortemente na exploração da floresta, muitas áreas foram simplesmente queimadas para serem transformadas em pastagem e lavoura. A colonização extensiva consolidou o domínio sobre os territórios indígenas, destruindo e explorando a floresta e as milhares de araucárias resultantes do plantio e do manejo indígena (Branco, 2021).

A destruição das florestas extinguiu também as compreensões de mundos das populações indígenas afetadas, que não separam a vida cotidiana com a vida dentro da mata. Essas populações não enxergavam este espaço como um ambiente que deveria ser combatido, muito menos enxergavam o desaparecimento das araucárias como uma via para o acúmulo de capital. Para os Kaingang as matas de araucárias eram um espaço cultivado e construído para o bem viver de sua comunidade, que lhe garantia alimento, abrigo, proteção e conexão com os seus que já haviam sido encaminhados para o *numbé*. Desta forma, para serem incluídos na ‘sociedade brasileira’, que visava a apropriação das terras dos territórios Kaingang para o desenvolvimento da produção agrícola, era necessário a extinção de uma das partes dessa relação. Ao passo que um dos lados da relação, Kaingang e florestas de araucárias fosse destruído, o outro também deixaria de existir em sua grandeza e potência. Posicionar os indivíduos Kaingang como destruidores desse ambiente era uma maneira de tentar quebrar o vínculo estabelecido em todos os anos de gestação dessa floresta e, assim, findar também uma cosmologia baseada nos seres que a compunham e do território por eles vivenciado.

Expropriar o povo Kaingang de seu território, implicava na expropriação das próprias araucárias, elementos fundamentais e interdependentes que moldavam a essência da relação simbiótica entre os Kaingang e seu território. Finalizo, portanto, essa monografia com a citação do artigo de Biazi e Padilha (2021), que explicita a noção de território Kaingang.

O significado do território para nós Kaingang, vai muito além do significado que a palavra anuncia, pode não haver palavras para poder explicar o tamanho da importância que o território é para nós indígenas, é um lugar de muita vida, repleto de luz e de energias que a mata e os seres transmitem. (...) o território (é) como a nossa mãe, quando nos sentimos tristes e precisando de conselhos, buscamos o colo e o carinho da mãe. (pp.208-209)

III. CONCLUSÃO

Compreendo que pensar sobre a interação entre sociedade e natureza remete a uma construção de pensamento secular, baseada em um mito de um paraíso perdido, que afirma que os seres humanos chegaram a esse ambiente depois da constituição dele. Decorrente dessa narrativa, a interação entre ser humano e natureza é interpretada como destrutiva, e que é resultante dessa relação abusiva que nós caminhamos em direção ao esgotamento dos recursos naturais. Balée (1987, 2013), Diegues (2001) e Ioris (2021) me auxiliaram a repensar essa relação de maneira a compreender a biodiversidade como fruto de uma construção social e cultural. E que a diversidade biológica extrapola os limites de um conceito, ela é resultado de anos de conhecimento, domesticação, uso, cosmologias e rituais de sociedades tradicionais, sobretudo sociedades indígenas.

Essa compreensão da natureza como um ambiente prístino que deve ser preservado distante da presença humana teve seu ápice no início do século XXI, momento marcado pelo aumento da importância dos cientistas de áreas biológicas na determinação de áreas protegidas. Ainda hoje esse pensamento se faz presente em, por exemplo, Parques Nacionais e Reservas Biológicas, que tem como objetivo proteger áreas de floresta sem admitir moradores no seu interior e exploração de seus recursos.

Essa monografia tinha como objetivo apresentar como essa relação, entre ser humanos e florestas, presente nos modos e práticas indígenas de conceber e se relacionar com as florestas para a obtenção do seu sustento, também acabam por contribuir com a preservação e ampliação de espécies florestais. Ela buscava também se distanciar da suposição de que as populações indígenas teriam adaptado seus modos de vida às exigências do ambiente de maneira passiva, e inserir essas populações no papel de agentes no manejo de florestas e construção de biodiversidade. Através de um trabalho de revisão bibliográfica acerca da noção de florestas culturais, proposta por Balée (1987), em conjunto com demais autores que se dedicaram ao estudo da área, busquei evidenciar nesta monografia o manejo indígena de florestas como um vetor para a transformação positiva das paisagens.

Para isso, o foco do meu trabalho foi abordar essa compreensão, tendo como elemento central as florestas de araucárias, que compõem o bioma Mata Atlântica no planalto meridional brasileiro em sua relação com o povo Kaingang. A extensão dessa formação florestal tem sido, cada vez mais, associada à presença do povo Kaingang ao longo de sua área de distribuição. Através dos estudos apresentados no decorrer desse trabalho procurei

demonstrar como esse bioma é resultado de cultivo secular pelo povo Kaingang, desde suas chegadas ao planalto meridional, através do desenvolvimento de tecnologias ancestrais que visavam a preservação do alimento e a demarcação política.

Por meio de sua estreita interação com as araucárias, o povo Kaingang emergiu como o principal propagador dessa espécie, desempenhando um papel fundamental que se converteu em uma das principais referências identitárias desse grupo étnico. As florestas de araucárias desempenham um papel primordial na narrativa histórica e cotidiana Kaingang, assumindo o papel de guardiãs de tradições e conhecimentos ancestrais. Esse ambiente também se destaca como fornecedor essencial de alimentos, medicamentos e moradias. Além disso, as araucárias servem como intermediárias entre os extremos da existência, representando um ponto de convergência simbólica entre a vida e a morte, onde os umbigos daqueles que nasceram e os restos mortais dos que partiram coexistem em um espaço compartilhado.

Dessa forma, a fim de compreender o papel da araucária em sua totalidade, é essencial considerar a dinâmica social que se desenrola em virtude de sua presença. É como o papel dela nessa sociedade confere significado à sua existência e aos conhecimentos que emergem a partir dessa interação. Ao ignorar o papel simbólico da araucária para o povo Kaingang, essa população é excluída do papel de protagonista na formação dessa floresta, e é automaticamente apagada de seu território ancestral. Foi partindo do princípio de apagar todo o vínculo simbólico e material dessa relação que, em nome do progresso, essa população foi sendo expropriada de seu território desde meados dos XIX, intensificando-se a partir de meados do século XX.

A apropriação do território Kaingang pelo poder colonizador foi efetuada por meio da dominação dos corpos indígenas, utilizando práticas de repressão, tortura e sequestro de mulheres e crianças. Esse processo resultou na destruição das florestas criadas pelos Kaingang, convertendo as araucárias em meros instrumentos para a acumulação de capital. A colonização destruiu um espaço previamente rico em vida e diversidade, impondo, de maneira política, a monocultura. Tal imposição não apenas uniformizou o que seria plantado e colhido naquela terra outrora vibrante, mas também determinou quem seria considerado digno de habitar esse ambiente e estabeleceu as normativas que regeriam essa vida.

Propõe-se então, a partir da teoria de florestas culturais, que esses territórios criados com zelo pelas populações indígenas sejam analisados para além de seu conceito geográfico,

especialmente através de sua dimensão simbólica e espiritual. Neste contexto, defendo a continuidade da pesquisa sobre florestas culturais na Região Sul do Brasil, aprofundando a compreensão das técnicas de manejo que deram origem a esse ecossistema singular. Explorando as interações interespécies que moldaram a expansão da floresta de pinheiros e enriqueceram sua diversidade, proponho também investigar a presença de outros povos indígenas durante esse processo, examinando de que forma essas trocas contribuíram para o aumento da diversidade biológica dos ecossistemas que habitam. Será preciso, então, compreender as dinâmicas da relação corpo-território e política desde a chegada dos povos Jê no planalto meridional até o momento do contato. Essas reflexões não apenas expandem nosso entendimento das práticas culturais, mas também estabelecem as bases para futuras pesquisas e iniciativas de preservação desses ambientes tão cruciais para a identidade indígena na região

Ao longo da escrita desta monografia me apaixonei pelas leituras que fiz e os conhecimentos que adquiri. Ainda que meu desejo fosse ter a oportunidade de realizar a pesquisa em campo, dialogar com comunidades e ouvir suas histórias, reconheço que a abordagem bibliográfica desempenhou um papel fundamental. Este período dedicado à pesquisa bibliográfica não apenas contribuiu para a construção do meu embasamento teórico, que servirá como uma base firme para futuras pesquisas, mas também representou uma oportunidade de amadurecimento no contexto da pesquisa acadêmica.

Ao escrever cada subseção, deparei-me com a complexidade das dimensões que compõem uma floresta cultural. O estudo desses ambientes exige do pesquisador não apenas habilidades técnicas, mas também a humildade de reconhecer as limitações de seu próprio entendimento. Assim, encerro este trabalho não apenas como uma expressão do que foi aprendido, mas como um ponto de partida para futuras explorações e investigações em busca de uma compreensão mais abrangente e precisa das florestas culturais na Região Sul do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AILTON Krenak no #sempreumpapo lança o livro “encontros - ailton krenak”. 22 jul. 2015. 1 vídeo (55 min 32 s). Publicado pelo canal Sempre Um Papo - Ano 37. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JizR5UOm4uw>. Acesso em: 17 fev. 2024.
- ALMEIDA, T. M. P. **Evolução histórica da engenharia florestal do Brasil na visão de lideranças e entidades associativas de classe**. 2023. 40 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Florestal) — Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Dois Vizinhos, 2023. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/31759>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- ANDERSON, A. B.; POSEY, D. Management of a tropical scrub savanna by the Gorotire Kayapó of Brazil. **Advances in Economic Botany**, v. 7, p. 159-173, 1989.
- ANGELI, A. **Identificação de espécies florestais: Araucaria angustifolia (Araucaria)**. 2003. INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS FLORESTAIS — Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais, Piracicaba, 2003.
- APREMAVI. Disponível em: <https://apremavi.org.br/>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- ARAUCÁRIA+. Disponível em: <https://www.araucariamais.org.br/>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- BALDUS, Herbert. **Ensaio de etnologia brasileira**. São Paulo [etc.]: Companhia editora nacional, 1937. 346 p.
- BALDUS, H. Cultura material. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 9, n. 2, p. 172-177, 1947.
- BALÉE, W. L. Análise preliminar de inventário florestal e a etnobotânica Ka’apor (Maranhão). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Botânica, Belém, Pará, v. 2, n. 2, p. 141-167, 12 jun. 1986.
- BALÉE, W. L. Darrell Addison Posey (1947-2001). **Anuário Antropológico**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 343–348, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6802>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- BALÉE, W. L. Sobre a Indigeneidade das Paisagens. **Revista de Arqueologia**, [São Paulo], v. 21, n. 2, p. 9-23, 30 dez. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.24885/sab.v21i2.248>. Acesso em: 23 nov. 2023.
- BALÉE, W. L. Indigenous adaptation to amazonian palm forests. **Principes**, v. 32, n. 2, p. 47-54, 1988.
- BALÉE, W. L. Indigenous Transformation of Amazonian Forests : An Example from Maranhão, Brazil. **L'Homme**, v. 33, n. 126, p. 231-254, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/hom.1993.369639>. Acesso em: 15 fev. 2024.

BALÉE, W. L. **Cultural forests of the amazon**: a historical ecology of people and their landscapes. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 2013. 289 p. ISBN 9780817386559.

BALÉE, W. L. **Culturas da Floresta**: Apontamentos Críticos Sobre a Ecologia Cultural na Amazonia. 1987. 8 p. [S. n.], New York, 1987. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/culturas-da-floresta-apontamentos-criticos-sobre-ecologia-cultural-na-amazonia>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BALÉE, W. L. *et al.* Florestas antrópicas no acre: inventário florestal no geoglifo três vertentes, acrelândia. **Amazonica - Revista de Antropologia**, v. 6, n. 1, p. 140, 23 jun. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.18542/amazonica.v6i1.1752>. Acesso em: 15 fev. 2024.

BALÉE, W. L.; GÉLY, A. Managed forest succession in amazonia: the ka'apor case. In: BALÉE, W. L.; GÉLY, A. **Resource management in amazonia**: indigenous and folk strategies. New York: Botanical Garden, 1989. p. 129-148.

BALÉE, W. L.; POSEY, D. A. Resource management in amazonia: indigenous and folk strategies. **American Anthropologist**, v. 93, n. 2, p. 488, 1991. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/264594539_Resource_Management_in_Amazonia_Indigenous_and_Folk_Strategies_D_A_Posey_and_W_Balee. Acesso em: 15 nov. 2023.

BALÉE, W. L.; SCHAAN, D. P. Florestas antropogênicas e biodiversidade. In: CUNHA, M. C.; MAGALHÃES, S. B.; ADAMS, C. (org.). **Povos tradicionais e biodiversidade no brasil**. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, 2021. v. 6: Biodiversidade e agrobiodiversidade como legados de povos indígenas, p. 56-58. Disponível em: <https://portal.sbpcnet.org.br/publicacoes/povos-tradicionais-e-biodiversidade-no-brasil/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BALHANA, A. P. Política imigratória do paraná. **Revista Paranaense De Desenvolvimento - RPD**, n. 87, p. 39-50, 1996. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/339>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BANDT, M.; NODARI, E. Comunidades tradicionais da floresta de araucária de santa catarina: territorialidade e memória. **História Unisinos**, v. 15, n. 1, p. 80-90, 2011. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/964>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BAPTISTA DA SILVA, S. Dualismo e cosmologia kaingang: o xamã e o domínio da floresta. **Horizontes Antropológicos**, v. 8, n. 18, p. 189-209, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832002000200009>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.

BENASSI, R. "A democracia tem ajudado a consolidar isso": noções de política, individualismo e trabalho entre os Kaingáng da Terra Indígena Xapecó (SC). 2019. 161 p. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214444>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BERTOLDO, E.; PAISANI, J. C.; OLIVEIRA, P. E. Registro de floresta ombrófila mista nas regiões sudoeste e sul do estado do paraná, brasil, durante o pleistoceno/holoceno. **Hoehnea**, v. 41, n. 1, p. 1-8, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2236-89062014000100001>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BIAZI, A. A. B.; PADILHA, J. B. Corpo território: O conhecimento ancestral resistindo ao tempo, a história e a memória da mulher Kaingang. **Cadernos Nauti: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural**, v. 10, n. 19, p. 199-221, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/230567>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BORBA, T. **Actualidade indígena**. Curitiba: Typ. E Lytog. A Vapor Impressora Paranaense, 1908. 184 p.

BORTONCELLO, V. L. **Análise dos impactos causados pela interferência antrópica em população de araucaria angustifolia**. 2018. 34 p. Dissertação de mestrado — Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2018. Disponível em: <http://tede.upf.br:8080/jspui/handle/tede/1536>. Acesso em: 16 nov. 2023.

BRANCO, C. F. **As araucárias na terra indígena mangueirinha: territórios, existências e resistência kaingang**. 2021. 191 p. Dissertação de mestrado — Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2021. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/27717>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BRANDT, M. Ampliando as pastagens pelo fogo e pela serra: pecuária e indústria madeireira nos campos do planalto de Santa Catarina. In: BRANDT, M. **Fronteiras fluidas: florestas com araucárias na América Meridional**. São Leopoldo: Oikos Ltda, 2018. p. 28-43. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343319101_Fronteiras_Fluidas_Florestas_com_Araucarias_na_America_Meridional. Acesso em: 15 nov. 2023.

Brasil. Congresso Nacional. Lei nº 11,428, de 22 de dezembro de 2006. **Das definições, objetivos e princípios do regime jurídico do bioma mata atlântica**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111428.htm. Acesso em: 3 dez. 2023.

BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Agência de Florianópolis, Gerência de Planejamento. Cultivo da Araucaria angustifolia: análise de viabilidade econômico-financeira. Florianópolis: BRDE, 2005. 53 p.

BRINGMANN, S. F. **Entre os índios do Sul: uma análise da atuação indigenista do SPI e de suas propostas de desenvolvimento educacional e agropecuário nos postos indígenas Nonoai/RS e Xapecó/SC (1941-1967)**. 2015. 450 p. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/135516>. Acesso em: 15 nov. 2023.

CARNEIRO DA CUNHA, M.; MORIM DE LIMA, A. How Amazonian indigenous peoples contribute to biodiversity. **Brigitte Baptiste, Diego Pacheco, Manuela Carneiro da Cunha and Sandra Diaz. (Org.). Knowing our Lan**, v. 11, n. 1, p. 1-22, 2017.

CARVALHO, M. M. X.; NODAI, E. S. As origens da indústria madeireira e do desmatamento da floresta de araucária no médio vale do iguaçu (1884-1920). **Cadernos do Ceom**, v. 21, n. 29, p. 63-82, 2008. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/329>. Acesso em: 8 nov. 2023.

CARVALHO, P. E. R. Pinheiro-do-Paraná: araucaria angustifolia. *In*: CARVALHO, P. E. R. **Espécies arbóreas brasileira**. Brasília: Embrapa, 2003. v. 1, p. 799-812. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1140113>. Acesso em: 15 nov. 2023.

CLEMENT, C. R. 1492 and the loss of amazonian crop genetic resources. i. the relation between domestication and human population decline. **Economic Botany**, v. 53, n. 2, p. 188-202, 1999. Disponível em: <https://repositorio.inpa.gov.br/handle/1/19232>. Acesso em: 15 nov. 2023.

CLEMENT, C. R. A. A center of crop genetic diversity in western Amazonia. **BioScience**, v. 39, n. 9, p. 624-631, 1989. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1311092>. Acesso em: 8 nov. 2023.

CONTE, C. E.; ROSSA-FERES, D. C. Riqueza e distribuição espaço-temporal de anuros em um remanescente de Floresta de Araucária no sudeste do Paraná. **Revista Brasileira de Zoologia**, v. 24, n. 4, p. 1025-1037, dez. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0101-81752007000400020>. Acesso em: 17 fev. 2024.

COPÉ, S. M. A gênese das paisagens culturais do planalto sul brasileiro. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 83, p. 149-171, abr. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142015000100007>. Acesso em: 16 fev. 2024.

CORAIOLA, A. **Capital do papel**: a história do município de Telêmaco Borba. Austin: Universidade do Texas, 2003. 269 p.

CORTÊ, A. P. D.; CANALEZ, G. G.; SANQUETTA, C. R. Caracterização da estrutura vertical e do dossel de um fragmento de Floresta Ombrófi la Mista. **Ambiência - Revista do Setor de Ciências Agrárias e Ambientais**, v. 3, n. 1, p. 14-25, 2007. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/view/297>. Acesso em: 15 nov. 2023.

CULTURA Material. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 9, n. 2, p. 172-177, 1947. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:baldus-1947-cultura>. Acesso em: 15 nov. 2023.

DENEVAN, W. M. The pristine myth: the landscape of the americas in 1492. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 82, n. 3, p. 369-385, 1992. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2563351>. Acesso em: 1 nov. 2023.

DENEVAN, W. M. The pristine myth: the landscape of the americas in 1492. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 82, n. 3, p. 369-385, set. 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8306.1992.tb01965.x>. Acesso em: 17 fev. 2024.

DIAS, O. **Tradição ceramista Tupiguarani**. 2023. Disponível em: <https://arqueologia-iab.com.br/tradicao-ceramista-tupiguarani/>. Acesso em: 16 fev. 2024.

DIEGUES, A. C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

DIEGUES, A. C. S. Saberes Tradicionais e Etnoconservação. *In*: DIEGUES, A. C. S.; VIANA, V. M. **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**, 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 2004, p. 9-22.

DIEGUES, A. C. S. Saberes Tradicionais e Etnoconservação. *In*: DIEGUES, A. C. S.; VIANA, V. M. **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**, 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 2004, p. 9-22.

DILL, F. M.; BUENO, A. P.; DORNELES, V. G. É hora de (re)tornar: Intervenção espacial para visibilização do povo Kaingang na cidade de Chapecó. **Arquitecturas del Sur**, v. 38, n. 58, p. 98-113, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22320/07196466.2020.38.058.06>. Acesso em: 15 nov. 2023.

DUTRA, T. L.; STRANZ, A. História das Araucariaceae: a contribuição dos fósseis para o entendimento das adaptações modernas da família no Hemisfério Sul, com vistas a seu manejo e conservação. *In*: RONCHI, L.; COELHO, O.G.W (org.). **Tecnologia diagnóstico e planejamento ambiental**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003. p. 293-351. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/14112400/Dutra-Stranz-2003>. Acesso em: 22 nov. 2023.

EMBRAPA. **Mata de galeria**. 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/bioma-cerrado/vegetacao/florestal/mata-de-galeria>. Acesso em: 16 fev. 2024.

FAUSTO, C. Banquete de gente: comensalidade e canibalismo na Amazônia. **Mana**, v. 8, n. 2, p. 7-44, out. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-93132002000200001>. Acesso em: 15 fev. 2024.

FELDENS, M. G. F. Os propósitos da revisão de literatura e o desenvolvimento da pesquisa educacional. **Ciência e Cultura**, v. 33, n. 9, p. 1197-1199, 1981.

FERNANDES, F. . Um balanço crítico da contribuição etnográfica dos cronistas. *In*: FERNANDES, F. **A investigação etnológica no brasil e outros ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 191-289.

FERNANDES, L. Os caingangues de palmas. **Arquivos do museu paranaense**, v. 1, n. 1, p. 161-209, 1941. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:fernandes-1941-caingangues>. Acesso em: 19 out. 2023.

FERNANDES, R. M. C.; DOMINGOS, A. Territórios e territorialidades: imbricações que dão novo sentido à (re) existência dos povos kaingang. **Espaço Ameríndio**, v. 16, n. 3, p. 355-372, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/129011>. Acesso em: 15 nov. 2023.

FERRI, G. K. **Araucaria angustifolia**: botânica, evolução e dispersão da espécie sob o viés da história ambiental global. 2019. Disponível em: <https://encurtador.com.br/fjBE3>. Acesso em: 15 nov. 2023.

FUNAI. **Boletim de serviço da funai - 2008**. 18 nov. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletim-de-servico/2008>. Acesso em: 3 dez. 2023.

FURQUIM, L *et al.* O testemunho da arqueologia sobre a biodiversidade, o manejo florestal e o uso do fogo nos últimos 14000 anos de história indígena. Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. Seção 6 - Biodiversidade e

agrobiodiversidade como legados de povos indígenas. Tradução . São Paulo: SBPC, 2021. . Disponível em:
<http://portal.sbpcnet.org.br/publicacoes/povos-tradicionais-e-biodiversidade-no-brasil/>.
 Acesso em: 16 fev. 2024.

GAVÉRIO, B. G. **Diminui a araucária a saúde enfraquece**: O intervencionismo de Estado na Terra Indígena Xapecó/SC. 2019. 71 p. Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação em História — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/197471>. Acesso em: 15 nov. 2023.

GLASER, B. *et al.* Black carbon in density fractions of anthropogenic soils of the Brazilian Amazon region. **Organic Geochemistry**, v. 31, n. 7-8, p. 669-678, 2000. Disponível em:
[https://doi.org/10.1016/s0146-6380\(00\)00044-9](https://doi.org/10.1016/s0146-6380(00)00044-9). Acesso em: 16 fev. 2024.

HAMMES, E. C. **Dialogando sobre conhecimento e ciência a partir da cultura Kaingang e da perspectiva decolonial**. Porto Alegre: Editora UFFS, 2022. *E-book* (320 p.). Disponível em:
<https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/6341>. Acesso em: 16 nov. 2023.

HAURESKO, C.; CORREIA, R. L.; GOMES, M. F. V. B. A relação entre a conservação ambiental da floresta com araucárias e os sistemas faxinais no paraná. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 18, n. 1, p. 131-151, 2017. Disponível em:
<https://doi.org/10.33026/peg.v18i1.4728>. Acesso em: 15 fev. 2024.

HAVERROTH, M. **Kaingang** : um estudo etnobotânico : O uso e a classificação das plantas na área indígena Kapeco (oeste de SC). 1997. 180 p. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997. Disponível em:
<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/77178>. Acesso em: 15 nov. 2023.

HECKENBERGER, M. J. *et al.* The legacy of cultural landscapes in the Brazilian Amazon: implications for biodiversity. **Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences**, v. 362, n. 1478, p. 197-208, 8 jan. 2007. Disponível em:
<https://doi.org/10.1098/rstb.2006.1979>. Acesso em: 15 fev. 2024.

HECKENBERGER, M. J.; PETERSEN, J. B.; NEVES, E. G. Village size and permanence in amazonia: two archaeological examples from brazil. **Latin American Antiquity**, v. 10, n. 4, p. 353-376, dez. 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/971962>. Acesso em: 16 fev. 2024.

ICMBIO - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Projeto corredor ecológico da região do Jalapão - fitofisionomias**. Disponível em:
<https://www.icmbio.gov.br/projetojalapao/pt/biodiversidade-3/fitofisionomias.html?showall=1&limitstart=>. Acesso em: 16 fev. 2024.

IORIS, E. M. **Uma floresta de disputas**: conflitos sobre espaços, recursos e identidades sociais na Amazônia. Florianópolis: Editora da UFSC, 2021. *E-book* (300 p.). Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/196827>. Acesso em: 15 nov. 2023.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Proteção e sustentabilidade do ecossistema**. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/846/>. Acesso em: 16 fev. 2024.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami**. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRAUSPENHAR, B. C.; BRANDT, M. Memórias e imagens de uma paisagem em transformação: colonização e desmatamento no oeste de Santa Catarina. **Anais da Jornada de Iniciação Científica e Tecnológica da UFFS**, v. 8, 2018. Disponível em: <https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/JORNADA/article/view/8795>. Acesso em: 15 nov. 2023.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letas, 2019. 85 p.

KUBIAK, K. L. *et al.* Fauna epiedáfica associada a fragmentos florestais de Araucaria angustifolia em diferentes condições edafoclimáticas no estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 14, n. 2, p. 1070, 14 abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.26848/rbgf.v14.2.p1070-1080>. Acesso em: 17 fev. 2024.

LAPPE, E.; LAROQUE, L. F. S. Indígenas e natureza: a reciprocidade entre os kaingang e a natureza nas terras indígenas por fi gâ, jamã tÿ tânh e foxá. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 34, p. 147-156, 11 ago. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/dma.v34i0.37073>. Acesso em: 15 fev. 2024.

LEÃO, R. M. **A floresta e o homem**. São Paulo: Edusp, 2000. 447 p.

LEVÍ-STRAUSS, C. The Use of Wild Plants in Tropical South America. Handbook of South American Indians: physical anthropology, linguistics and cultural geography of South American Indians. Bureau of American Ethnology, Washington, v. 6, n. 143, p. 465-486, 1950.

Lévi-Strauss, Claude. **Pensamento Selvagem** (o). Papirus Editora, 1990.

Lévi-Strauss, Claude. **Raça e história**. Tradução de Inácia Canelas. São Paulo: Abril Cultural, 1976, p. 53-93 (Coleção os Pensadores)

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 383 p. ISBN 9780689701221.

MAACK, R. – 1953 – Mapa Geológico do Estado do Paraná. Arq. Biol. e Tecnol. do Paraná

MAGALHÃES, M. P. Território cultural e a transformação da floresta em artefato social. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 8, n. 2, p. 381-400, ago. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1981-81222013000200010>. Acesso em: 15 fev. 2024.

MAMIGONIAN, A. **Atlas de Santa Catarina**. Florianópolis: Gaplane, 1986.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agrobiodiversidade**. Disponível em: <https://encurtador.com.br/hkD59>. Acesso em: 8 nov. 2023.

MORAN, E. F. Deforestation and land use in the brazilian amazon. **Human Ecology**, v. 21, n. 1, p. 1-21, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/BF00890069>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MOREIRA, M.; ZAGARO, W. Micorrizas arbusculares nos biomas floresta atlântica e floresta de araucária. In: MOREIRA, M.; ZAGARO, W. **Micorrizas: 30 anos de pesquisa no Brasil**. [S. l.]: Editora EFLA, 2008. p. 279-310. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/265302026_Micorrizas_arbusculares_nos_biomass_Floresta_Atlantica_e_Floresta_de_Araucaria. Acesso em: 15 nov. 2023.

NEVES, E. G. *et al.* The timing of terra preta formation in the central amazon: archaeological data from three sites. *In: GLASER, B.; WOODS, W. I. (ed.). Amazonian dark earths: explorations in space and time.* Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2004. p. 125-134. ISBN 9783642056406. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-662-05683-7_9. Acesso em: 15 fev. 2024.

NIMUENDAJÚ, C. **Etnografia e indigenismo**: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. 160 p. ISBN 85-268-0279-8.

NODARI, E. Florestas com Araucárias e sua devastação. *In: NODARI, E.; CARVALHO, M. M. X.; ZARTH, P. A. (ed.). Fronteiras fluidas: florestas com araucárias na América Meridional.* São Leopoldo: Oikos Ltda., 2018. p. 12-27. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343319101_Fronteiras_Fluidas_Florestas_com_Araucarias_na_America_Meridional. Acesso em: 15 nov. 2023.

OLIVEIRA, J. C. Mundos de roças e florestas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 11, n. 1, p. 115-131, abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981.81222016000100007>. Acesso em: 15 fev. 2024.

OLIVEIRA, J. P. Elementos para uma sociologia dos viajantes. *In: OLIVEIRA, J. P. Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil.* Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987. p. 84-148.

OLIVEIRA, J. P. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, v. 4, n. 1, p. 47-77, abr. 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-93131998000100003>. Acesso em: 15 fev. 2024.

OLIVEIRA, J. P. **Terras indígenas no Brasil**: uma tentativa de abordagem sociológica. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1983.

Paraná. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Lei nº 220223, de 26 de março de 2005. **Estabelece regras de estímulo, plantio e exploração da espécie Araucária angustifolia, e adota demais providências.** Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=396116>. Acesso em: 3 dez. 2023.

POSEY, D. A. **Kayapó Ethnoecology and Culture.** Edition: Kristina Plenderleith. London: Routledge, 2002. 340 p.

POSEY, D. A.; BALÉE, W. Resource management in Amazonia: indigenous and folk strategies. **Advances in Economic Botany**, New York, v. 7, 27 Jun. 1989.

POSEY, D. A. Indigenous management of tropical forest ecosystems: the case of the Kayapó Indians of the Brazilian Amazon. *In: PLENDERLEITH, K. (ed.). Agroforestry Systems.* São Luiz: Routledge, 2003. v. 3: Agroforest Systems 3, p. 218-234. ISBN 9780203220191. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780203220191-27>. Acesso em: 15 fev. 2024.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. **Kaingang - povos indígenas no Brasil.** Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kaingang>. Acesso em: 17 fev. 2024.

PRIMIERY, S. **O impacto da mudança no uso do solo sobre o sequestro de carbono e seus atributos microbiológicos.** 2008. 101 p. Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental — Universidade Federal de Santa Catarina,

Florianópolis, 2008. Disponível em:

<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/90840>. Acesso em: 15 nov. 2023.

QUINTERO, Pablo; MARÉCHAL, Clémentine. Populações kaingang, processos de territorialização e capitalismo colonial/moderno no Alto Uruguai (1941-1977). **Horizontes Antropológicos**, v. 26, n. 58, p. 155-190, set. 2020. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/s0104-71832020000300005>. Acesso em: 17 fev. 2024.

QUINTERO, P.; MARÉCHAL, C. Populações kaingang, processos de territorialização e capitalismo colonial/moderno no Alto Uruguai (1941-1977). **Horizontes Antropológicos**, v. 26, n. 58, p. 155-190, set. 2020. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/s0104-71832020000300005>. Acesso em: 15 fev. 2024.

RIBEIRO; WAGNER. **Mata de galeria - portal embrapa**. Disponível em:

<https://www.embrapa.br/ceados/colecao-entomologica/bioma-cerrado/mata-de-galeria>.

Acesso em: 16 fev. 2024.

Rio Grande do Sul. Assembleia legislativa do estado do Rio Grande do Sul. Lei nº 9.519, art. 14, de 21 de janeiro de 1992. **Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul**.

Disponível em:

https://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100018.asp?Hid_IdNorma=16489&Texto.

Acesso em: 3 dez. 2023.

SÁ, D. N.; NODARI, E. S.; GERHARDT, M. Colonização e transformação de paisagens na floresta com araucárias no século xx. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 36, n. 80, p. 518-541, dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s2178-149420230309>. Acesso em: 15 fev. 2024.

SACCHI, A. C. **Antropologia de genero e etnologia kaingang**: uma introdução ao estudo de gênero na área indígena manguieirinha/paraná. 1999. 118 p. Dissertação de mestrado — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. Disponível em:

<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/80859>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SAGÁS, Y. S. Práticas tradicionais Kaingang: gestação, parto e pós-parto. **Revista Santa Catarina em História**, v. 10, n. 1, p. 28-40, 2016. Disponível em:

<https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/1112/1027>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SAHR, C. L. L. Os “mundos faxinalenses” da floresta com araucária do Paraná:

racionalidades duais em comunidades tradicionais. **Terr@ Plural**, v. 2, n. 2, p. 213-226, 2008. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/1175>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SANQUETTA, C. R.; CÔRTE, A. P. D.; EISFELD, R. L. Crescimento, mortalidade e recrutamento em duas florestas de araucária (*araucaria angustifolia* (bert.) O. ktze.) no estado do paraná, brasil. **Revista Ciências Exatas e Naturais**, v. 5, n. 1, p. 101-112, 2003.

Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/RECEN/article/viewFile/436/592>.

Acesso em: 16 nov. 2023.

Santa Catarina. Assembleia Legislação. Lei nº 18.350, de 27 de janeiro de 2009. **Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências**. Disponível em:

http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2022/18350_2022_lei.html. Acesso em: 3 dez. 2023.

SANTI, J. R. *et al.* Arqueologia Brasileira e Imperialismo Ianque: Implementação do Pronapa e do Propa (1965-1978). In: **VII INIC - Encontro de Iniciação Científica**, III EPG - Encontro de Pós Graduação Latino Americano -, 2003, São José dos Campos. VII INIC - Encontro de Iniciação Científica, III EPG - Encontro de Pós Graduação Latino Americano, 2003.

SANTOS, A. B. **Colonização, quilombos: modos e significados**. Brasília: UnB, 2015. 150 p.

SANTOS, E. V. **O esbulho da territorialidade kaingang no paraná e a política indigenista do serviço de proteo aos índios (spi)**. 2016. 96 p. Trabalho de Conclusão de Curso - História – América Latina — Instituto latino-americano de arte, cultura e história, Foz do Iguaçu, 2016. Disponível em: <http://dspace.unila.edu.br/123456789/1252>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SANTOS, S. C. **Indios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos xokleng**. Porto Alegre, RS, Brasil: Movimento, 1987. 313 p.

SANTOS, T. M. **Terras indígenas protegem a floresta | terras indígenas no brasil**. 9 ago. 2022. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/faq/tis-e-meio-ambiente>. Acesso em: 16 fev. 2024.

SANTOS, V. **Conservao em jogo: floresta ombrófila mista**. 2021. 35 p. Trabalho de Conclusão de Curso - Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais — Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2021. Disponível em: <https://riut.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/27762>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SARAIVA, D. D. *et al.* Distribution shifts, potential refugia, and the performance of protected areas under climate change in the *Araucaria* moist forests ecoregion. **Applied Vegetation Science**, v. 24, n. 4, out. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/avsc.12628>. Acesso em: 17 fev. 2024.

SCARDA, F. M. **Cultivando tartarugas: implicaes da agricultura de praia na conservao de populaes de quelônios (podocnemis spp.) na várzea do médio rio solimões, amazonas, brasil**. 2004. 64 p. Dissertao de mestrado - Programa de Ps-graduao em Agroecossistemas — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/87512>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SCHILD, J. D. J. **Mulheres Kaingang, seus caminhos, políticas e redes na TI Serrinha**. 2016. 183 p. Dissertao de mestrado - Programa de Ps-Graduao em Antropologia Social — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180404>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SEBRAE. **Saiba como montar uma fábrica de briquetes**. 2017. Disponível em: <https://atendimento.sebraemg.com.br/biblioteca-digital/content/como-montar-uma-fabrica-de-briquetes>. Acesso em: 16 fev. 2024.

SILVA, S. B. Dualismo e cosmologia Kaingang: o xamã e o domínio da floresta. **Horizontes Antropológicos**, v. 8, n. 18, p. 189-209, dez. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-71832002000200009>. Acesso em: 17 fev. 2024.

SILVEIRA, N. H. Culinária mbya, um modo da persistência guarani. In: SILVEIRA, N. H. **Diálogos com os Guarani: articulando compreensões antropológicas e indígenas**.

- Florianópolis: Editora da UFSC, 2021. p. 112-133. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/196819>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- SIMÕES, M. F. Programa nacional de pesquisas arqueológicas na bacia amazônica. **Acta Amazonica**, v. 7, n. 3, p. 297-300, set. 1977. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-43921977073297>. Acesso em: 16 fev. 2024.
- SMITH, N. J. H. Anthrosols and human carrying capacity in amazonia*. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 70, n. 4, p. 553-566, dez. 1980. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8306.1980.tb01332.x>. Acesso em: 17 fev. 2024.
- SOLÓRZANO-FILHO, J. A.; KRAUS, J. E. Breve história das matas de Araucária. In: CONGRESSO SOBRE FLORESTAS, Curitiba: Instituto de Biociências. **Congresso sobre Florestas**. São Paulo: USP, 1999.
- SOMBROEK, W. *et al.* Terra preta e terra mulata: suas potencialidades agrícolas, suas sustentabilidades e suas reproduções. In: SOMBROEK, W. *et al.* **As terras pretas de índio da amazônia**: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas. Manaus: EDUA: Embrapa Amazônia Ocidental, 2010. v. 3: Terra preta nova, p. 25-258. Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/888998>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- SOMBROEK, W. G. **Amazon soils**: a reconnaissance of the soils of the brazilian amazon region. Wageningen: Wageningen University and Research, 1966. 312 p.
- TEIXEIRA, W. G. *et al.* **As terras pretas de índio da amazônia** : sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2009. *E-book* (422 p.). Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/684554>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- UNOCHAPECÓ. **Aldeia Condá prepara-se para a festa do Kiki - CEOM - Unochapecó**. 2011. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/ceom/noticias/aldeia-conda-prepara-se-para-a-festa-do-kiki>. Acesso em: 17 fev. 2024.
- VEIGA, J. **Cosmologia e práticas rituais Kaingang**. 2000. 367 p. Tese de doutorado em antropologia social — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <https://www.cpei.ifch.unicamp.br/biblioteca/cosmologia-e-praticas-rituais-kaingang>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- VEIGA, J. **Organização social e cosmovisão Kaingang**: uma introdução ao parentesco, casamento e nominação em uma sociedade Jê meridional. 1994. Dissertação de mestrado em Antropologia social — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- VEIGA, J.; D'ANGELIS, W. R. Bilingüismo entre os kaingang: situação atual e perspectivas. In: MOTTA, L. T.; NOELLI, F. S.; KIMYIE, K. (org.). **Uri e Wãxi**: estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: UEL, 2000.
- VÊN TÁNH SALVADOR, M.; FONSECA, A. C. C. **A araucária e a gralha azul**: uma história dos antigos kaingang. 2. ed. Porto Alegre: Editora Libretos, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://editora.fmp.edu.br/index.php/efmp/catalog/view/44/30/156>. Acesso em: 8 nov. 2023.

VENZON, R. A.; VEIGA, J. Organização social e cosmovisão kaingang: uma introdução ao parentesco, casamento e nomeação em uma sociedade jê meridional. 1994. dissertação (mestrado em antropologia social)-instituto de filosofia e ciências humanas, universidade estadual de campinas, campinas, 1994. 220 p. **Horizontes Antropológicos**, v. 3, n. 6, p. 302-305, out. 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-71831997000200019>. Acesso em: 16 fev. 2024.

VIANA, V. M. Bolsa Floresta: um instrumento inovador para a promoção da saúde em comunidades tradicionais na Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 64, p. 143-153, dez. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142008000300009>. Acesso em: 17 fev. 2024.

VIVIAN, J. L. **Análise da tomada de decisão para o uso e conservação de recursos genéticos vegetais em florestas manejadas e sistemas agroflorestais**. 2008. 286 p. Tese de doutorado - Programa de Pós-graduação em Recursos Genéticos Vegetais — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91733>. Acesso em: 13 dez. 2023.

WHITMORE, T. C. **Tropical rain forest**. Oxford: Oxford University Press, 1998. 290 p.

WOODS, W. I. *et al.* (ed.). **Amazonian dark earths: wim sombroek's vision**. Dordrecht: Springer Netherlands, 2009. *E-book*. ISBN 9781402090301. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-1-4020-9031-8>. Acesso em: 15 fev. 2024.

ZANETTE, F. *et al.* Particularidades e biologia reprodutiva de araucaria angustifolia. *In*: ZANETTE, F. *et al.* **Araucária: particularidades, propagação e manejo de plantios**. Colombo: Embrapa Florestas, 2017. p. 15-35. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1071142/particularidades-e-biologia-reprodutiva-de-araucaria-angustifolia>. Acesso em: 16 nov. 2023.